

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	49

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	115
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	116
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	118
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	19.575.514	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	260.634	0
1.01.01	Caixa	260.634	0
1.01.01.01	Caixa	260.634	0
1.02	Ativos Financeiros	18.586.177	0
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	394.342	0
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	394.342	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	152	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	152	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	108.854	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	108.854	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.082.829	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	682.745	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.557.673	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	15.430.662	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-532.472	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	944.221	0
1.03	Tributos	385.058	0
1.03.03	Outros	385.058	0
1.03.03.01	Créditos Tributários	385.058	0
1.04	Outros Ativos	14.554	0
1.04.03	Outros	14.554	0
1.04.03.01	Outros Ativos	16.354	0
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	0
1.05	Investimentos	28	0
1.05.05	Outros Investimentos	28	0
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	0
1.06	Imobilizado	124.679	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	316.610	0
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	316.610	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-191.931	0
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-191.931	0
1.07	Intangível	204.384	0
1.07.01	Intangíveis	301.354	0
1.07.01.01	Intangíveis	301.354	0
1.07.03	Amortização Acumulada	-96.970	0
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-96.970	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	19.575.514	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	16.775.428	0
2.02.01	Depósitos	13.783.310	0
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.023.305	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.636.524	0
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	134.142	0
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.989.339	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	1.291	0
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	1.291	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	2.990.812	0
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	151.795	0
2.02.03.03	Emissão de Títulos	2.527.475	0
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	67.624	0
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	243.918	0
2.02.04	Outras Captações	15	0
2.03	Provisões	252.535	0
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	187.246	0
2.03.02	Provisão para Contingências	65.289	0
2.05	Outros Passivos	325.621	0
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	15.586	0
2.05.02	Outras Obrigações	310.035	0
2.07	Patrimônio Líquido	2.221.930	0
2.07.01	Capital Social Realizado	1.881.601	0
2.07.04	Reservas de Lucros	227.191	0
2.07.04.01	Reserva Legal	18.403	0
2.07.04.02	Reserva Estatutária	208.788	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	109.448	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	3.690	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	991.820	2.778.471	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	877.575	2.504.722	0	0
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	96.128	234.489	0	0
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	2.244	-3.820	0	0
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	15.873	43.080	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-517.855	-1.488.644	0	0
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-446.947	-1.153.380	0	0
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-7.745	-22.656	0	0
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-63.163	-312.608	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	473.965	1.289.827	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-362.750	-1.013.093	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	60.899	172.492	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-216.583	-626.609	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-170.153	-474.293	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-31.547	-94.330	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	10.040	60.644	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-15.406	-50.997	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	111.215	276.734	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-78.090	-95.951	0	0
3.06.01	Corrente	-3.471	-132.033	0	0
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-22.558	-71.524	0	0
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	19.087	-60.509	0	0
3.06.02	Diferido	-74.619	36.082	0	0
3.06.02.01	Ativo Fiscal Diferido	-74.619	36.082	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	33.125	180.783	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	33.125	180.783	0	0
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-8.651	-30.679	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.10.01	Participações	-8.651	-30.679	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	24.474	150.104	0	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	2,5703	13,1941	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	24.474	150.104	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	0	2.522	0	0
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	0	2.522	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	24.474	152.626	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	760.104	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	640.350	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	276.733	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	363.617	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	119.754	0
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	258.761	0
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	92.269	0
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	205.887	0
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.598.413	0
6.01.02.05	Outros Créditos	-160.916	0
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-2.138	0
6.01.02.07	Outras obrigações	43.450	0
6.01.02.08	Depósitos	1.463.849	0
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-1.298.659	0
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	1.185.263	0
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	-13.310	0
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	36.147	0
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-92.436	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-128.341	0
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-39.718	0
6.02.03	Aquisição no Intangível	-51.290	0
6.02.04	Alienação de TVM mantidos até o vencimento	-37.333	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-41.910	0
6.03.01	Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos pagos	-41.910	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	589.853	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	220.764	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	810.617	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.881.601	0	227.191	-2.512	0	0	2.106.280
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	1.254	0	1.254
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.881.601	0	227.191	-2.512	1.254	0	2.107.534
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-41.910	0	-41.910
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-41.910	0	-41.910
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.202	150.104	0	156.306
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	150.104	0	150.104
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.202	0	0	6.202
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.881.601	0	227.191	3.690	109.448	0	2.221.930

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Justificativa: O Banpará optou pela isenção facultada pelo art 79º da Resolução CMN nº 4.966/21 para instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	2.903.281	0
7.01.01	Intermediação Financeira	2.778.471	0
7.01.02	Prestação de Serviços	172.492	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-312.608	0
7.01.04	Outras	264.926	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.176.036	0
7.02.01	Captação	-1.153.380	0
7.02.02	Obrigações por Empréstimo e Repasses	-22.656	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-449.262	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-21.906	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-376.291	0
7.03.04	Outros	-51.065	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.277.983	0
7.05	Retenções	-42.590	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.590	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.235.393	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.235.393	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.235.393	0
7.09.01	Pessoal	570.244	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	410.805	0
7.09.01.02	Benefícios	127.372	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	32.067	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	481.538	0
7.09.02.01	Federais	471.594	0
7.09.02.02	Estaduais	14	0
7.09.02.03	Municipais	9.930	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	33.507	0
7.09.03.01	Aluguéis	33.507	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	150.104	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	41.910	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	108.194	0

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3T2025





Comentário do Desempenho

Sobre o Banpará

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo. Criado desde 1959, tem como missão criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará está presente em todos os 144 municípios paraenses, dispondo de um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria



Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, referente aos resultados do 3º trimestre de 2025 – 3T2025, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de Central de Resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Boa leitura!





Comentário do Desempenho

Cenário Econômico



PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÔMICOS

	3T2025	3T2024	3T2023
IPCA (acumulado em 12 meses)	5,17%	4,42%	5,19%
INPC (acumulado em 12 meses)	5,10%	4,09%	4,51%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	14,90%	10,50%	12,97%
CDI Over (a.a) – efetiva	14,90%	10,50%	12,97%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	8,96%	6,91%	7,00%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil



CENÁRIO INTERNACIONAL

- O cenário internacional apresentou perspectivas mais otimistas de crescimento no 3T2025. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório *World Economic Outlook Update* (WEO)¹ de julho/2025, revisou para cima a projeção de crescimento da economia mundial:
 - PIB Global 2025: de 2,80% (abril/2025) → 3,00% (julho/2025);
 - PIB Global 2026: estimado em 3,10%.
- Para as economias avançadas há uma expectativa de crescimento de 1,50% para 2025 e 1,60% para 2026, enquanto os mercados emergentes e economias em desenvolvimento devem registrar expansão de 4,10% em 2025 e 4,00% em 2026. Já para a Ásia emergente e em desenvolvimento, a projeção de crescimento é de 5,10% em 2025 e 4,70% em 2026.



CENÁRIO NACIONAL

- Dados das Contas Nacionais do IBGE, divulgados em setembro/2025, mostram que o PIB brasileiro cresceu 0,40% no 2º trimestre de 2025 – 2T2025 em relação ao trimestre anterior (série com ajuste sazonal). O desempenho foi impulsionado por Serviços (+0,60%) e Indústria (+0,50%), enquanto a Agropecuária apresentou leve retração de -0,10%. Em comparação ao 2º trimestre de 2024 – 2T2024, o PIB aumentou 2,20%.
- O Banco Central (BC), em seu Relatório de Política Monetária de setembro/2025, revisou a projeção de crescimento do PIB de 2,10% para 2,00%. A revisão decorre de efeitos incertos do aumento das tarifas de importação pelos Estados Unidos e de sinais de arrefecimento econômico no 3T2025.
- Sob a ótica da oferta, as projeções para 2025 foram ajustadas da seguinte forma:
 - Indústria (+1,00%), Serviços (+1,80%) e Agropecuária (+9,00%).
- Pela ótica da demanda, destacam-se:
 - Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF): revisão positiva de +2,80% para +3,30%;
 - Consumo das Famílias: revisão negativa de +2,10% para +1,80%.

¹ *World Economic Outlook* – relatório sobre perspectivas econômicas mundiais, divulgado pelo FMI.



Comentário do Desempenho

- Para 2026, o BC projeta crescimento de 1,50% do PIB.
- Quanto ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA avançou 0,48% em setembro/2025, acumulando 5,17% em 12 meses.
- Segundo a Pesquisa Focus, realizada pelo BC, a mediana das expectativas do mercado para a variação anual do IPCA recuou de 4,85%, em 5 de setembro de 2025, para 4,81%, em 26 de setembro de 2025. E, para 2026, a estimativa também apresentou redução de 4,30% para 4,28%, no mesmo período.



CENÁRIO REGIONAL

- A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) revisou, em julho/2025, sua estimativa de crescimento real do PIB paraense:
 - ☐ PIB 2025: de 5,38% (março/2025) → 6,21% (julho/2025);
 - ☐ PIB 2026: a estimativa de crescimento da economia paraense apresentou redução, passando de 4,71% para 3,57% no mesmo período.
- O Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) cresceu 4,16% em julho/2025, na comparação com julho/2024 (série dessazonalizada).
- Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF Regional), divulgada pelo IBGE em outubro/2025, a produção industrial do estado cresceu 5,80% em agosto/2025, comparada a agosto/2024 (série ajustada sazonalmente). O resultado foi impulsionado pelas Indústrias Extrativas (+3,86%). No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial do Pará registrou aumento de 6,00%.
- No comércio local, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), publicada pelo IBGE em setembro/2025 (referente a julho/2025):
 - ☐ O volume de vendas do comércio varejista apresentou recuo de -0,5% em relação a julho/2024;
 - ☐ Já o varejo ampliado (incluindo materiais de construção, veículos, motocicletas, partes e peças) apresentou variação 1,00%, na mesma base de comparação.
- Em relação à inflação regional, o IPCA da Região Metropolitana de Belém acumulou 5,42% em 12 meses até setembro de 2025, com variação de 0,27% em setembro/2025. Os grupos com maior contribuição foram Habitação (+3,31%) e Despesas Pessoais (+0,78%), puxados por Energia Elétrica Residencial (+8,05%) e Recreação (+1,96%).
- No âmbito da gestão fiscal, o Estado do Pará manteve bom desempenho junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, publicado em março de 2025 (referente a 2024), atribuiu ao estado nota “B” na CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento) — a mesma obtida em 2023, representando a boa saúde fiscal.





Comentário do Desempenho

Resultados Financeiros

ITENS DE RESULTADO

O Lucro Líquido do 3T2025 alcançou o montante de R\$ 24.474 mil, uma variação a menor de 63,82%, quando comparado ao 2T2025 e uma redução de 62,92% com relação ao mesmo período de 2024. Tal impacto está relacionado, principalmente, às despesas com Intermediação Financeira, com destaque para as despesas de captação e a metodologia para cálculo das Perdas Esperadas trazidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

(em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Receitas Totais	1.054.118	994.750	5,97%	940.114	12,13%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	471.721	422.145	11,74%	471.532	0,04%
Resultado Operacional	109.936	99.737	10,23%	125.802	-12,61%
Margem Financeira	534.441	532.950	0,28%	571.298	-6,45%
Lucro Líquido	24.474	67.642	-63,82	65.997	-62,92%
Receita de Serviços	60.899	58.152	4,72%	57.169	6,52%
Despesa com Provisões (PCLD)	63.163	110.805	-43,00%	99.766	-36,69%
Despesas Administrativas	170.154	154.880	9,86%	143.536	18,54%
Margem Líquida	6,32%	7,59%	-1,27p.p.	10,43%	-4,11p.p.

ITENS PATRIMONIAIS

O Banpará encerrou o 3T2025 com Ativo Total no montante de R\$ 19.575.514 mil, aumento de 0,31% com relação ao 2T2025 e aumento de 5,88% em relação ao 3º trimestre de 2024 - 3T2024.

O Patrimônio Líquido no 3T2025 apresentou uma redução de 0,61% quando comparado com o 2T2025 e crescimento de 6,77% em relação ao 3T2024, oriundo do resultado do período.

(em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Ativos Totais	19.575.514	19.514.535	0,31%	18.488.088	5,88%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	15.109.178	14.776.502	2,25%	14.221.662	6,24%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	682.745	536.776	27,19%	771.041	-11,45%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.666.679	1.823.281	-8,59%	1.625.656	2,52%
Captações Totais	16.312.076	16.258.902	0,33%	15.407.544	5,87%
Patrimônio Líquido	2.221.930	2.235.675	-0,61%	2.081.069	6,77%



Comentário do Desempenho

TOTAL DE ATIVOS POR TIPO

(em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Disponibilidades	260.634	277.579	-6,10%	243.363	7,10%
Aplicações Financeiras	682.745	536.776	27,19%	771.041	-11,45%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.666.679	1.823.281	-8,59%	1.625.656	2,52%
Relações Interfinanceiras	621.467	746.640	-16,76%	777.501	-20,07%
Operações de Créditos	14.898.190	14.586.605	2,14%	13.633.921	9,27%
Outros Créditos	1.102.154	1.216.679	-9,41%	1.182.803	-6,82%
Outros Valores e Bens	14.554	12.098	20,29%	15.967	-8,86%
Permanente	329.091	314.876	4,51%	237.835	38,37%
Total	19.575.514	19.514.535	0,31%	18.488.088	5,88%

ÍNDICE E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

O Banpará apresentou no 3T2025 um lucro com aplicação nos seus ativos de 1,33%. Em relação ao 2T2025 apresentou redução de 0,25 p.p e quando comparado com o mesmo período do ano passado, apresentou redução de 0,74 p.p.

O retorno sobre o patrimônio no 3T2025 foi de 11,55%, apresentando redução de 2,2 p.p e 6,91 p.p em relação ao 2T2025 e 3T2024 respectivamente. Cabe destacar que este indicador vem apresentando redução, provocada pelo recuo do lucro anualizado.

O índice de eficiência no 3T2025 apresentou um aumento de 2,58 p.p. quando comparado com o 2T2025 e aumento de 13,77 p.p. quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	2,60%	2,51%	0,09p.p.	1,88%	0,73p.p.
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,33%	1,58%	-0,25p.p.	2,07%	-0,74p.p.
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE)	11,55%	13,75%	-2,20p.p.	18,46%	-6,91p.p.
Índice de Eficiência	74,04%	71,46%	2,58p.p.	60,27%	13,77p.p.
Índice de Provisão	3,41%	3,61%	-0,20p.p.	2,86%	0,55p.p.
Índice de Cobertura	27,65%	27,86%	-0,21p.p.	31,60%	-3,95p.p.

DESPESAS

As Despesas com Pessoal apresentou um crescimento de 7,24% em relação ao trimestre anterior e 9,95% em relação ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo acordo coletivo do período com reflexos nas subcontas no grupo.



Comentário do Desempenho

As despesas administrativas fecharam o 3T2025 com o montante de R\$170.154 mil, maior em 9,86% e 18,55% quando comparado com o 2T2025 e com o 3T2024, respectivamente. Seu crescimento está relacionado ao porte da instituição e estratégia de melhorias de desempenho. Com destaque para as despesas com sistema de processamento de dados, serviços de terceiros e transporte de numerários.

(em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Despesas com Intermediação Financeira	517.854	500.100	3,55%	392.856	31,82%
Despesa com Pessoal	216.583	201.957	7,24%	196.981	9,95%
Outras Despesas Administrativas	170.154	154.880	9,86%	143.527	18,55%
Despesas Tributárias	31.547	31.564	-0,05%	32.695	-3,51%

Captações

(em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Depósitos à Vista	1.023.305	1.083.409*	-5,55%	1.180.539	-13,32%
Depósitos de Poupança	1.989.339	1.994.573*	-0,26%	1.918.639	3,68%
Depósitos a Prazo	10.636.524	10.346.091*	2,81%	10.140.263	4,89%
Deposito Interfinanceiro - DI	134.142	419.991	-68,06%	457.405	-70,67%
Obrigações por Op. Compromissadas	1.291	732.358	-99,82%	960.257	-99,87%
Letras Financeiras - LF	1.630.955	1.154.605	41,26%	551.935	195,50%
Letra Financeira Subordinada	205.619	-	-	-	-
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	690.900	527.875	30,88%	198.506	248,05%
TOTAL	16.312.075	16.258.902	0,33%	15.407.544	5,87%

* Em função de ajustes contábeis realizados no fechamento de junho/2025, os saldos dos instrumentos financeiros de Depósitos à Vista, Depósitos de Poupança e Depósitos a Prazo divergem dos valores divulgados nas informações trimestrais do 2T2025.

No 3T2025, ocorreram os vencimentos dos Depósitos Interfinanceiros (DI) do portfólio institucional, operações que possuíam reciprocidade com aplicações em DI vinculadas ao crédito rural. Esse movimento resultou em uma redução de 68,06% em relação ao 2T2025, refletindo a diminuição do volume de recursos obrigatórios direcionados ao Crédito Rural.

Em contrapartida, observou-se crescimento nos estoques de Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras Financeiras (LF), que apresentaram elevação de 30,88% e 41,26% frente ao 2T2025 e de 248,05% e 195,50% na comparação ao 3T2024, respectivamente. Esse desempenho evidencia a



Comentário do Desempenho

estratégia de alocação e diversificação do portfólio de renda fixa voltado ao varejo, contribuindo ainda para a redução no custo de captação em relação ao segmento institucional.

Adicionalmente, destaca-se que, no 3T2025, o Banpará concluiu sua primeira emissão privada de Letra Financeira Subordinada Nível II (LFSN), destinada a investidores institucionais, com prazo de vencimento de dez anos. Os recursos captados fizeram a composição do Capital de Nível II do Patrimônio de Referência (PR) do Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021.

No que se refere aos ativos institucionais, no 3T2025 foi realizada a integralização de novas cotas sênior do Fundo FIDC ROVER, no montante de R\$ 40 milhões, reforçando a estratégia de maximizar a rentabilidade do Banco.

As captações em Renda Fixa no 3T2025 foram intensificadas, representando incremento equivalente a 18,08% em relação ao 2T2025. Um dos fatores que influenciaram foi o prêmio SELIC, que otimiza a captação em renda fixa.

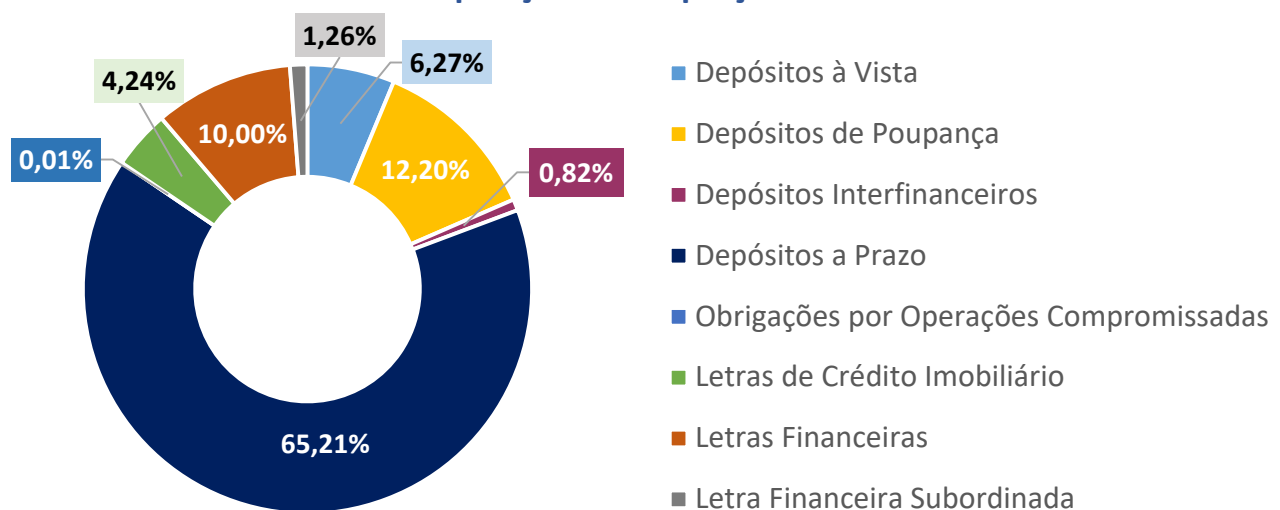
Já a Captação de Poupança teve um decréscimo dentro do período observado de R\$ 5.234 mil, acumulando uma redução de 0,26% em relação ao 2T2025. Em relação ao Depósito Judicial, o saldo no 3T2025 foi de R\$ 2.269 milhões.

Ainda no 3T2025, o Banpará reestruturou a estratégia das operações compromissadas, com foco no aprimoramento do controle de liquidez, por meio de uma gestão mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis na Reserva Bancária. Essa reestruturação resultou em uma redução de 99,8% nas obrigações de operações compromissadas, tanto em comparação ao 2T2025 quanto ao 3T2024.

Paralelamente, foi concluída a estruturação da Gerência de Ativos e Passivos, com o objetivo de aprimorar as decisões estratégicas relacionadas à estrutura de balanço, desde o processo de precificação interna (FTP – *Funds Transfer Pricing*) dos ativos e passivos, até a avaliação dos riscos de taxa de juros e a mensuração dos impactos no resultado (P&L) e no capital do Banco.

Esse fortalecimento da governança no Banpará busca promover o equilíbrio e a coordenação estratégica na gestão de ativos e passivos, de modo a otimizar a rentabilidade, preservar a solvência e assegurar o cumprimento das exigências regulatórias.

Composição das Captações - 3T2025





Comentário do Desempenho

Gestão de Capital

Descrição (em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Patrimônio de Referência – PR	2.223.391	2.045.983	8,67%	1.906.787	16,60%
PR Nível I	2.017.772	2.045.983	-1,38%	1.906.787	5,82%
PR Nível II	205.619	-	-	-	-
Índice de Basileia - IB (%)	16,01%	13,89%	2,12 p.p.	14,77%	1,24 p.p.
Ativo Ponderado Pelo Risco – RWA	13.883.782	14.725.372	-5,72%	12.908.805	7,55%

Em 30 de setembro de 2025, o Patrimônio de Referência (PR) encerrou o 3T2025 em R\$ 2.223.391 mil, representando um aumento de 8,67% em relação ao trimestre anterior. Esse crescimento decorre, principalmente, da emissão de Letras Financeiras Subordinadas de Nível II, que acrescentaram R\$ 205.619 mil ao PR, fortalecendo a estrutura de capital da Instituição.

A parcela total de ativos ponderados pelo risco (RWA) totalizou R\$ 13.883.782 mil, correspondendo a uma redução de 5,72% frente ao 2T2025. Essa variação reflete, em grande parte, a diminuição da parcela RWAOPAD em 28,10%, indicando menor necessidade de capital para cobertura dos riscos operacionais.

O Índice de Basileia (IB) atingiu 16,01%, permanecendo acima do mínimo regulatório exigido e apresentando elevação de 2,12 p.p. em comparação a 30 de junho de 2025.

Carteira de Crédito

Saldo (em R\$ mil)	3T2025	2T2025	V3M	3T2024	V12M
Pessoa Física	14.771.996	14.501.343	1,87%	13.647.227	8,24%
Consignados	11.168.317	11.090.276	0,70%	10.480.194	6,57%
Banparacard	1.241.440	1.239.264	0,18%	1.245.394	-0,32%
Cheque Especial	13.711	7.144	91,92%	5.175	164,95%
Cartão de Crédito	224.468	193.402	16,06%	183.724	22,18%
Sazonais	191.244	159.198	20,13%	175.875	8,74%
Imobiliário	1.240.281	1.162.489	6,69%	991.523	25,09%
Outros	692.535	649.570	6,61%	565.342	22,50%
Pessoa Jurídica	870.717	828.918	5,04%	574.436	51,58%
Cheque Empresarial	3.694	3.113	18,66%	3.179	16,20%
Capital de giro	412.885	400.701	3,04%	310.628	32,92%
Imobiliário	194.108	196.595	-1,27%	126.649	53,26%
Câmbio	71.159	-	-	-	-
Outros	188.871	228.509	-17,35%	133.980	40,97%
Total	15.642.713	15.330.261	2,04%	14.221.663	9,99%

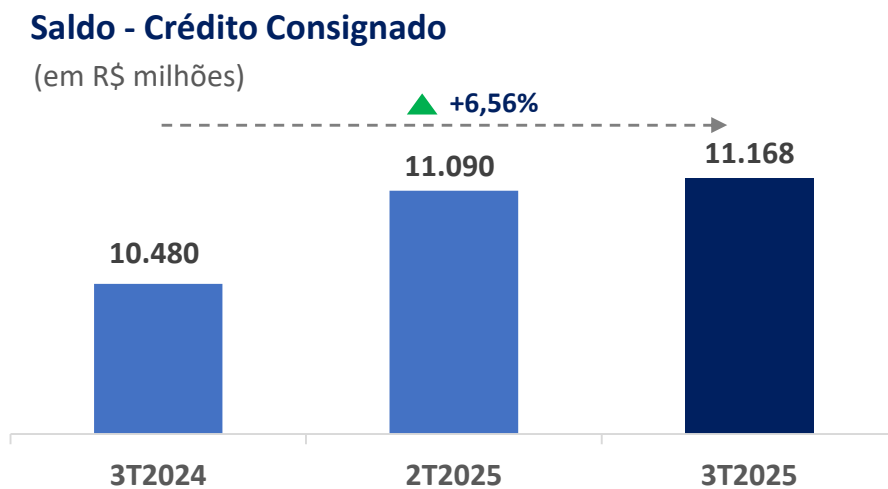


Comentário do Desempenho

PESSOA FÍSICA

Dentre os produtos ofertados para os clientes Pessoa Física, o produto Crédito Consignado alcançou no 3T2025 saldo bruto R\$ 11,17 bilhões, sua maior marca histórica, com incremento de R\$ 78,04 milhões em relação ao 2T2025. No mesmo período do ano passado, o saldo era de R\$ 10,48 bilhões, representando crescimento de 6,56% em relação ao 3T2025. Outro destaque do 3T2025 foi a liberação do 3º consignado para as linhas SEPLAD (Estadual) e Funcionário Banpará. No período, também foram liberadas 3 novas linhas de consignado municipal.

O perfil da carteira de crédito consignado é composto, principalmente, pelo consignado do setor público, este representando 99,83%, enquanto o consignado destinado ao setor privado representa 0,17% da carteira. No tocante ao consignado público, as linhas de crédito SEPLAD e IGPPS, que ofertam consignado aos servidores públicos estaduais e beneficiários do órgão estadual, possuem a maior concentração de saldo, representando 83,93% do total da carteira.



Em relação ao produto Banparacard, observou-se uma variação positiva na receita da carteira que gerou o incremento de R\$ 7,35 milhões no comparativo ao trimestre anterior. O destaque no crescimento é a linha de portabilidade Temporário Municipal, com 366% de incremento, seguido das linhas efetivo municipal portabilidade (+213%), portabilidade empresa privada (+68%), vereadores (+51%), temporário municipal (+50%) e Prefeitos (+36%).

Outra variação positiva a ser destacada é em relação a quantidade e volume total de novas contratações. Em comparativo ao mesmo trimestre do ano anterior, Banparacard apresentou no 3T2025 o incremento de R\$ 6,87 milhões no volume de novas contratações, um aumento de 4%.

Em setembro de 2025, o saldo de Outros Produtos PF totalizou R\$ 206,84 milhões, representando aumento de 6,55% em relação ao mês anterior e de 13,53% na comparação anual. Contribuíram para esse resultado: Sazonal, com saldo de R\$ 182,95 milhões e crescimento de 5,78% frente ao mês anterior; e Cheque Especial, com R\$ 13,71 milhões e variação positiva de 27,21% na comparação mensal.

O desempenho positivo reflete o compromisso do Banco em oferecer aos clientes maior acesso ao crédito, com condições facilitadas e produtos adequados às suas necessidades financeiras.



Comentário do Desempenho

PESSOA JURÍDICA

No 3T2025, o Banpará ofertou na carteira Pessoa Jurídica linhas com perfil rotativo ou parcelado, que foram disponibilizadas com o objetivo de reforçar o fluxo de caixa das empresas, atendendo a necessidades de curto, médio e longo prazo. Além, da finalidade de expansão dos negócios e outras necessidades. São elas:

- Giro Rápido
- Capital de Giro
- Hot Money
- Cheque Empresarial
- Desconto de Duplicatas
- Capital de Giro FAMPE (CREDCOP SEBRAE BANPARÁ)



Na carteira Pessoa Jurídica, o produto Capital de Giro FAMPE (CREDCOP SEBRAE BANPARÁ) destacou-se no 3T2025. O saldo do produto no 3T2025 atingiu o valor de R\$ 103,16 milhões, representando um aumento de 173,85% em relação ao trimestre anterior, que encerrou o período com o saldo de R\$ 37,67 milhões. Essas operações, amparadas pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), em parceria com o SEBRAE, têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de microempreendedores e empresas de pequeno porte, por meio de condições de crédito mais atrativas, incluindo taxas de juros reduzidas e mecanismos diferenciados de concessão voltados ao empreendedorismo feminino.

A iniciativa tem gerado efeitos positivos sobre o fluxo de caixa das empresas, estimulando investimentos em expansão, além do lançamento de novos serviços e produtos, contribuindo para o fortalecimento da atividade empresarial local.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO



No 3T2025, o Crédito Imobiliário alcançou um saldo acumulado de R\$ 1,43 bilhão, representando um crescimento de 28,32% em relação ao mesmo período do ano anterior e 5,55% em relação ao 2T2025. Somente no 3T2025, o volume contratado em crédito imobiliário foi de R\$ 75,45 milhões.



Comentário do Desempenho

Em relação ao 2T2025, houve um incremento de 55,63% na receita. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, a Receita Total da carteira cresceu 51,64%, alcançando 106,15 milhões ao final do período.

Produtos comercializados no 3T2025:

- **Financiamento para Aquisição de Imóveis Residenciais**
- **Portabilidade de Financiamento de Imóvel Residencial Pessoa Física**
- **Financiamento para Construção Residencial em Terreno Próprio**
- **Home Equity – Empréstimo com Garantia de Imóvel Residencial PF**
- **Crédito Associativo Banpará – PF e PJ**
- **Plano Empresário**

Os produtos de crédito imobiliário comercializados pelo Banpará possuem lugar de destaque no mercado de crédito imobiliário paraense, principalmente devido às condições comerciais competitivas e diferenciadas ofertadas aos clientes, tanto para Pessoas Físicas, que têm a possibilidade de acesso à aquisição ou construção de sua casa própria e até mesmo à empréstimo tendo como garantia o imóvel, quanto para Pessoas Jurídicas, visto que para esse público ainda há a escassez de oferta de financiamentos por outras instituições financeiras para produção de imóveis, sendo então o Banpará um fomentador do desenvolvimento social e econômico da região neste tipo de operação.



Por meio dos produtos de crédito imobiliário destinados à Pessoa Jurídica o Banco contribui para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento social, pois os financiamentos para a construção de empreendimentos são concedidos somente a operações que atendem a critérios socioambientais, atendimento de exigências de licenças, certificações específicas, dentre outros. Além disso, os projetos financiados pelo Banpará geram empregos e impulsionam o desenvolvimento urbano sustentável, com desenvolvimento social e econômico do Estado do Pará.

CRÉDITO DE FOMENTO

No 3T2025, o Banpará manteve suas operações de microcrédito para todas as regiões do Pará, fortalecendo a inclusão produtiva e a formalização de pequenos negócios. Essa atuação contribuiu diretamente para a geração de renda, a autonomia financeira de famílias e a redução das desigualdades socioeconômicas, especialmente em áreas periféricas e municípios do interior. Com forte atuação em diversas frentes, o Banco operou linhas de crédito adaptadas às realidades regionais, com foco em sustentabilidade, inovação e fortalecimento das cadeias produtivas:



FUNGETUR: Linha voltada a empresas do setor de turismo (cadastradas no Cadastur), com o objetivo de investimento e capital giro com recursos do MTur, fortalecendo a infraestrutura e serviços turísticos no Estado.



CRÉDITO RURAL: Linha para agricultores e produtores rurais (pequeno ao grande porte), impulsionando a cadeia agropecuária e a economia rural.



Comentário do Desempenho



CRÉDITO TURISMO: Linha destinada a MEI's e pequenos negócios do turismo (inclusive locadores de plataformas), estimulando a formalização, renda e turismo sustentável.



Banpará Comunidade: Com o público-alvo sendo microempreendedores formais/informais, a linha promove acesso ao crédito e desenvolvimento de base, ao destinar capital de giro, investimento fixo ou misto.



EMPODERA: Linha de microcrédito produtivo voltada para mulheres empreendedoras capacitadas, que garante inclusão produtiva com viés de equidade de gênero, autonomia econômica e o fortalecimento de pequenos negócios femininos.



Qualifica Pará: Linha destinada a pessoas capacitadas pelo programa “Qualifica Pará – SEASTER”, voltada a empreendedores de micro e pequenos negócios ou pessoas que desejam empreender, conectando qualificação profissional, acesso ao crédito e geração de renda.



Banpará Comunidade Taxista: Linha destinadas a Taxistas, com foco na aquisição de veículos, peças, manutenção e capital de giro, visando a modernização da frota, valorizando o trabalho autônomo regularizado.



Banpará Comunidade Mototaxista: Linha voltada a mototaxistas e motofretistas, para aquisição de motocicletas, acessórios de segurança e capital de giro, garantindo segurança, renda e formalização no setor.



Energia Solar PF: destinada ao financiamento dos equipamentos e serviços necessários à implantação de energia fotovoltaica nas residências paraenses.



Energia Solar PJ: destinada ao financiamento dos equipamentos e serviços necessários à implantação de energia fotovoltaica nos estabelecimentos comerciais paraenses.



Microcrédito Banpará-Bio: destinado aos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs), extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares no financiamento de atividades e serviços agropecuários em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.



Jovem Empreendedor: Crédito voltado a jovens de 18 a 29 anos formados pelo Programa Juventude Empreendedora (SEIRDH), para iniciar ou expandir pequenos negócios.

Os produtos de crédito oferecidos evidenciam o forte compromisso do Banpará com a sustentabilidade e o desenvolvimento socioambiental, especialmente no estado do Pará. Ao direcionar o financiamento para setores estratégicos, como energia renovável e agricultura sustentável, a instituição contribui significativamente para a redução da emissão de gases do efeito estufa, ao incentivar o uso da energia solar e diminuir a dependência de fontes fósseis. Além disso, promove a geração distribuída, permitindo que os consumidores



Comentário do Desempenho

produzam sua própria energia, o que reduz a carga sobre a rede elétrica e estimula um modelo mais descentralizado e sustentável.

No âmbito do Banpará-Bio, o Banco apoia a agricultura sustentável por meio do financiamento de atividades agropecuárias que adotam práticas ambientalmente responsáveis, como o uso racional de recursos naturais, técnicas de cultivo eficientes e conservação do solo e da água. Também contribui para a recuperação de áreas degradadas, restaurando ecossistemas e aumentando a biodiversidade e a capacidade de armazenamento de carbono.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As linhas de crédito de fomento operacionalizadas ao longo do 3T2025 alcançaram resultados expressivos. Em termos de volume financeiro, observou-se crescimento nas liberações voltadas ao turismo e ao setor rural, impulsionadas pela aproximação de grandes eventos e pela busca por soluções sustentáveis no campo. Houve aumento no número de operações contratadas, com especial destaque para os segmentos:

Energia Solar (PF e PJ)

311 Operações efetivadas no 3T2025.
R\$ 78,86 milhões de saldo no 3T2025.

FUNGETUR

R\$ 23 milhões em volume liberado no 3T2025 em projetos de investimentos.

Microcrédito Banpará-Bio

131 Operações efetivadas no 3T2025.
R\$ 33,60 milhões de saldo no 3T2025.

Empodera

128% de crescimento do volume contratado em relação ao 3T2024.

Banpará Comunidade

36% de crescimento no volume total contratado em relação ao 3T2024.

CredTurismo

139% de crescimento no volume contratado em relação ao mesmo período do ano anterior.

Esses resultados evidenciam a capacidade da instituição de conciliar impacto social com sustentabilidade financeira, reforçando seu papel como instrumento estratégico de política pública.

AGENDA CLIMÁTICA E CRÉDITO DE CARBONO

A regulamentação do mercado de carbono do Brasil ainda está em estágios embrionários, tendo em vista que a Lei nº 15.042/2024, respontável por instituir o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), só foi sacionada em 11/12/2024 e prevê o cronograma de implementação completo em, no mínimo, quatro anos.

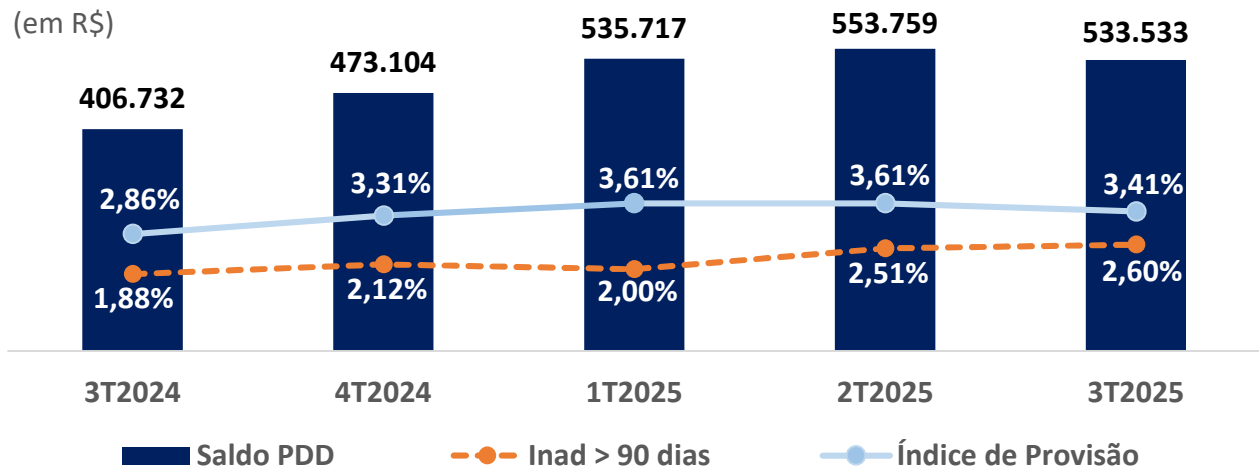
Embora o mercado de carbono esteja no início, o Banpará se prepara através do assessoramento realizado pela ERM Brasil, maior consultoria de finanças sustentáveis do mundo, contratada para



Comentário do Desempenho

auxiliar na avaliação de oportunidades de negócios, criação e implantação de finanças verdes voltadas ao Mercado de Carbono. O investimento permitiu ao Banpará identificar e priorizar projeto estratégico voltado para ações climáticas, viabilizando sua estruturação e o início das operações, aproveitando as oportunidades geradas pela realização da COP 30.

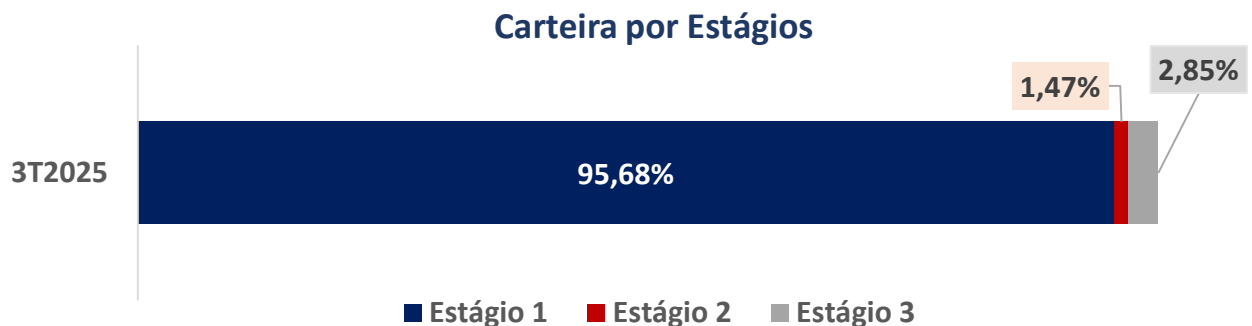
Qualidade da Carteira de Crédito



O Saldo de Provisão para Devedores Duvidosos - PDD alcançou R\$ 533,53 mil, com decréscimo de 3,65% no trimestre. O Índice de Provisão sobre a Carteira de Crédito (Relação PDD/Carteira) foi de 3,41%, resultando em um decréscimo de 0,20 p.p.

Em relação ao Índice de Inadimplência, o resultado do 3T2025 foi de 2,60%, com um aumento de 0,09 p.p. em relação ao trimestre anterior.

No 3T2025, observou-se estabilidade na proporção de operações classificadas no Estágio 1, com pequena variação de 1,22% em relação ao trimestre anterior. Os Estágios 2 e 3 apresentaram elevação no período, refletindo a sensibilidade natural do portfólio ao ambiente macroeconômico. Esse movimento está em linha com o comportamento observado no mercado e segue sendo acompanhado pelas estruturas de gerenciamento de risco do Banco, em conjunto com as áreas envolvidas no ciclo de crédito.



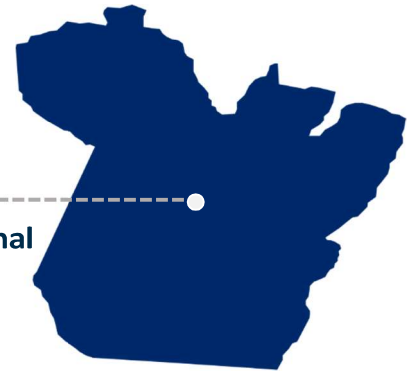


Comentário do Desempenho

Rede de Atendimento



**Cobertura
Municipal
e Populacional**
100%



O Banpará é a única instituição bancária presente em todos os 144 municípios do Estado do Pará, atendendo 100% da população com uma rede completa de agências, postos de atendimento, CAV's (Caixas Deslocados) e PAE's (Postos de Atendimento Eletrônico), fortalecendo a economia local.

No 3T2025, com o objetivo de aprimorar o direcionamento da oferta dos produtos e serviços no momento do atendimento aos clientes do Banco, o Banpará empregou pilares que regeram o foco do atendimento ofertado aos clientes e que consistem na melhoria da experiência do cliente e à ampliação da bancarização, destacando-se:

a) Diretriz Semanal: Por meio da análise de dados e resultados segmentados por nicho, com foco na rentabilidade dos produtos e/ou serviços, as agências recebem recomendações de foco e direcionam o esforço de maneira mais assertivas, considerando o comportamento de consumo.

b) Bancarização: Converter clientes com conta-salário em consumidores plenos de produtos e serviços da instituição.

c) Ações de fortalecimento de relacionamento: Com a participação do Banco nos eventos das cidades, para estreitar o vínculo com a comunidade e empreendedores locais.

Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo em aprimorar continuamente a qualidade do atendimento, com investimentos em infraestrutura e parcerias estratégicas.

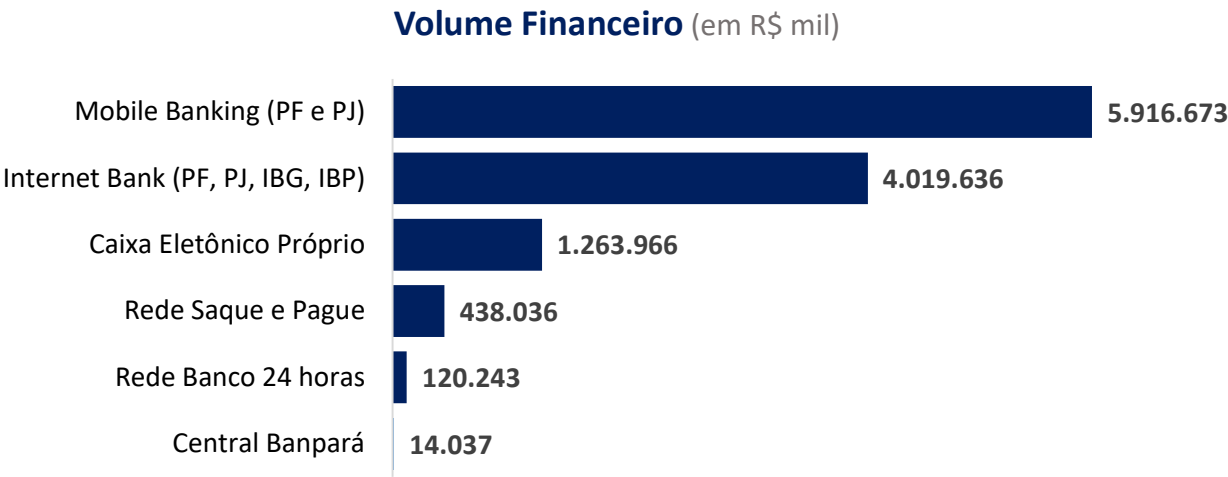




Comentário do Desempenho

Canais Eletrônicos

Os Canais Eletrônicos do Banpará mantiveram sua trajetória de expansão e modernização ao longo do 3T2025, reafirmando sua relevância no relacionamento com os clientes e na eficiência operacional, alcançando o volume financeiro transacionado no período de R\$ 11,77 bilhões:



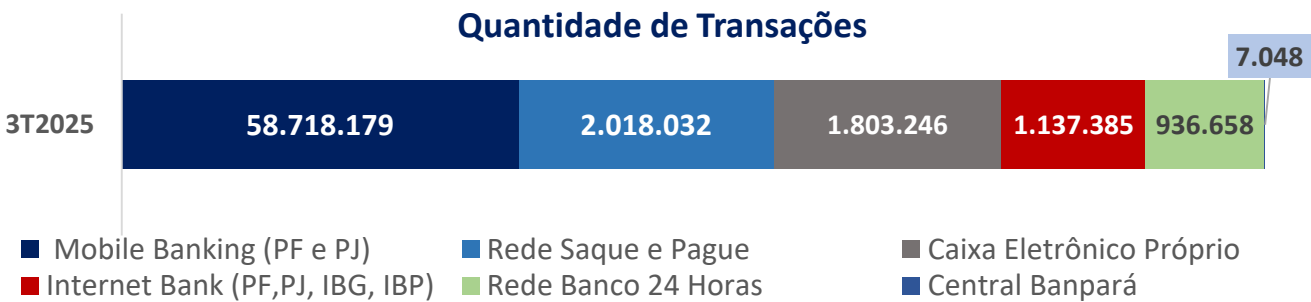
Na comparação do 3T2025 com o mesmo período do ano anterior, observa-se um aumento de 3,18% no volume transacionado por meio dos Canais Digitais (Internet Banking e Aplicativos PF e PJ), impactado sobretudo pelo Mobile PF que cresceu 8% no período.

No 3T2025, o volume financeiro transacionado via PIX apresentou crescimento de 19% em relação ao 3T2024. O meio de pagamento manteve sua relevância nos canais digitais, sendo responsável por aproximadamente 88% das transações realizadas no período.

Outro impacto importante do PIX é a redução significativa na utilização do serviço de TED (Transferência Eletrônica Disponível) no 3T2025, em comparação com 3T2024, com uma queda superior a 16% na quantidade de transações realizadas.

Para os clientes, essa mudança reflete diretamente na redução dos custos das transações, além de trazer mais praticidade e eficiência no uso dos serviços, considerando a influência do PIX e o seu modo instantâneo.

O PIX também proporcionou a redução do volume financeiro sacado nos caixas eletrônicos (caixas próprios, Rede Saque e Pague e Banco24Horas), sendo a quantidade de saques realizados nos terminais eletrônicos inferior em 26% comparado ao mesmo trimestre de 2024.





Comentário do Desempenho

Durante o 3T2025, destacaram-se também:

83,8%

De todos os atendimentos (IVI e SAC) são realizados pela Assistente Virtual (IVI)

19%

De crescimento no volume financeiro transacionado via PIX

Implantação do depósito via **Banco24Horas**, resultando em economia de cerca de **R\$ 45 mil** com transporte de valores e custos operacionais

Assistente Virtual (IVI) e Atendimento ao Cliente

No 3T2025, a Assistente Virtual (IVI) realizou 41.584 interações. O Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), por sua vez, registrou 8.037 atendimentos no período.

A IVI passou a representar 83,8% de todos os atendimentos realizados entre o SAC e IVI. Esse resultado demonstra maior adesão dos clientes à experiência automatizada, reflexo de melhorias contínuas na inteligência do assistente e na estabilidade dos sistemas.

O desempenho reforça a eficiência operacional do modelo híbrido, com significativa redução da demanda humana e custos associados, além de proporcionar maior agilidade e disponibilidade no atendimento ao cliente, fortalecendo a jornada digital e a imagem inovadora do Banco.

Esse resultado reforça a preferência dos clientes pelo canal digital, que oferece respostas imediatas, linguagem clara e disponibilidade contínua. A automação permitiu ampliar a capacidade de atendimento sem aumento de estrutura humana, otimizando recursos e reduzindo custos operacionais.

Além disso, a redução das ligações possibilitou à equipe do SAC concentrar esforços em demandas estratégicas, de maior complexidade e valor agregado.



Parcerias

No 3T2025, o Banpará manteve suas parcerias estratégicas nas principais frentes de produtos e serviços bancários que compõem o portfólio de negócios complementares do Banco. Essas parcerias mostraram-se determinantes para o crescimento e fortalecimento do portfólio de produtos e serviços oferecidos à base de clientes do Banpará.

No portfólio de produtos, o Banco ofereceu os Seguros (EZZE), Títulos de Capitalização (Icatu) e Consórcios (Porto Seguro) — além do BanparáPay, que continua sendo acompanhado como produto de receita de comissão.



Comentário do Desempenho CONSORCÍOS

O destaque do 3T2025 foi a parceria do Consórcio, que apresentou desempenho amplamente superior ao trimestre anterior e consolidou-se como um dos principais vetores de crescimento do Banco. A carteira manteve trajetória de forte expansão, refletindo resultados significativamente superiores aos trimestres anteriores em adesões e volume financeiro de cartas de crédito.

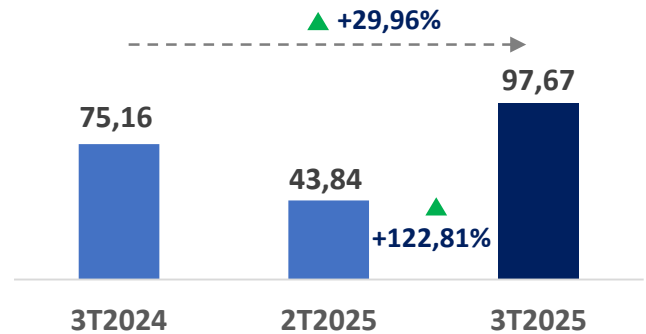
O saldo do volume financeiro emitido pelas cartas de crédito atingiu R\$ 97,67 milhões, um aumento de 122,81% em relação ao 2T2025, enquanto o volume liberado no trimestre mais que dobrou, indo de R\$ 23,5 milhões no 2T2025 para R\$ 53,8 milhões no 3T2025.

Já o saldo da comissão bruta evoluiu 25,66%, passando de R\$ 1,13 milhão para R\$ 1,42 milhão, evidenciando o avanço consistente da parceria.

Em agosto de 2025, foram comercializadas 233 cotas, totalizando R\$ 26,3 milhões em volume de cartas de crédito — melhor resultado mensal do ano. No acumulado de janeiro a setembro, a carteira atingiu 976 cotas vendidas.

Saldo - Volume Financeiro

(em R\$ milhões)



Esse desempenho reflete o avanço das vendas e o fortalecimento do acompanhamento comercial junto às agências, impulsionado por ações de integração e monitoramento com o parceiro. Assim, o produto destacou-se como principal motor de crescimento do trimestre, no cenário de parcerias, contribuindo para o fortalecimento da carteira de consórcios, recomposição das receitas de comissão e posicionamento estratégico do Banco no segmento.

SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO

No 3T2025, o faturamento da carteira de seguros totalizou R\$ 44,65 milhões, registrando crescimento de 52,29% em relação ao trimestre anterior.

O desempenho reafirma a consistência da carteira, com destaque para o Seguro Prestamista Consignado, principal produto em volume de vendas e geração de receitas. Comercializado em parceria com a EZZE Seguros, o produto respondeu pela maior parcela das comissões, contribuindo de forma relevante para o resultado do trimestre.

Ainda no 3T2025, observou-se elevação de 46,26% nas comissões provenientes da venda de títulos de capitalização em relação ao 2T2025. O valor emitido por meio dessas operações atingiu R\$ 4,93 milhões no 3T2025, frente a R\$ 3,48 milhões no 2T2025, o que representa aumento de 41,37% no período. A comissão bruta somou R\$ 1,26 milhão, sendo gerado R\$ 395,96 mil somente no 3T2025, reforçando a contribuição positiva desse produto para as receitas da carteira.

Comentário do Desempenho

Esses resultados consolidam o aumento das receitas de comissão e reforçam o papel do Banpará papel como agente integrador de soluções financeiras, promovendo a diversificação das fontes de receita e a consolidação da política de parcerias comerciais.

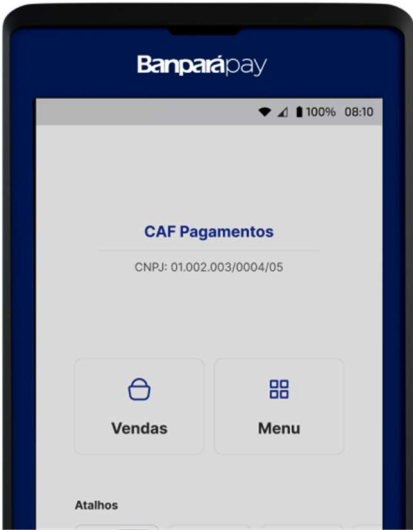
BANPARAPAY

No 3T2025, o serviço de adquirência do BanparaPay demonstrou que estar presente é mais do que marcar território — é criar conexões que se traduzem em resultados concretos. A marca consolidou-se não apenas como um meio de pagamento, mas como símbolo de dinamismo e proximidade com o público.

O BanparaPay apresentou crescimento relevante, encerrando o trimestre com faturamento acumulado de R\$ 127,78 milhões, frente a R\$ 63,64 milhões no 2T2025, aumento de 100,77%. Já a comissão líquida somou R\$ 276,48 mil, sendo R\$ 153,43 mil originadas apenas no 3T2025.

A presença em eventos reforçou essa conexão. Na Expoama, no município de Marabá, e no Festival Sairé, em Santarém, o BanparaPay levou mais do que tecnologia — levou experiência. As ações de marketing despertaram curiosidade, geraram conversas e impulsionaram vendas, resultando em um expressivo volume de R\$ 170 mil em transações.

O ponto alto ocorreu na 28ª Feira do Livro de Belém, um dos eventos culturais mais tradicionais do Estado, onde o Banparapay foi o elo que possibilitou que milhares de histórias ganhassem novos leitores. Como principal solução financeira do CREDLIVRO, o POS BanparaPay facilitou compras via cartão e aplicativo, garantindo agilidade, segurança e conveniência. Durante o evento, o volume de receita gerado alcançou R\$ 318 mil, refletindo o impacto direto da presença da marca.



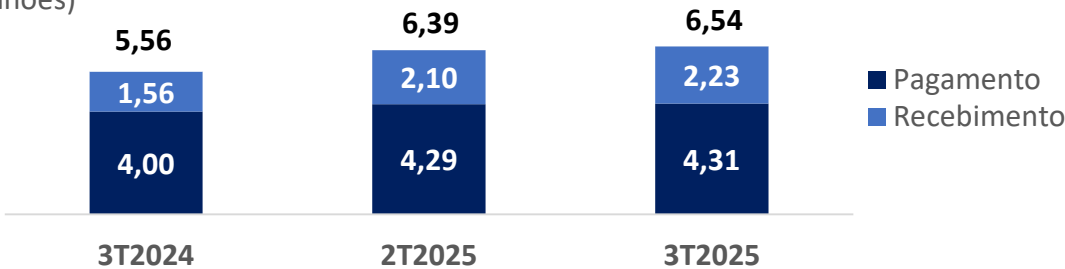
Meios de Pagamento

PIX

No 3T2025, o Pix foi transacionou o volume financeiro de R\$ 6,54 bilhões, representando crescimento de 17,63% em relação ao 3T2024 e aumento de 2,35% em relação ao 2T2025.

Valor de transações Pix

(em R\$ bilhões)





Comentário do Desempenho

O principal indicador de nível de serviço do Pix é expresso pelo Índice Geral de ANS Trimestral (IGA trimestral), e seu valor de referência mínimo a ser atingido pelo Banpará é de 80,00%, o qual tem sido superado consistentemente. No 3T2025, o IGA alcançou o valor de 91,37%.

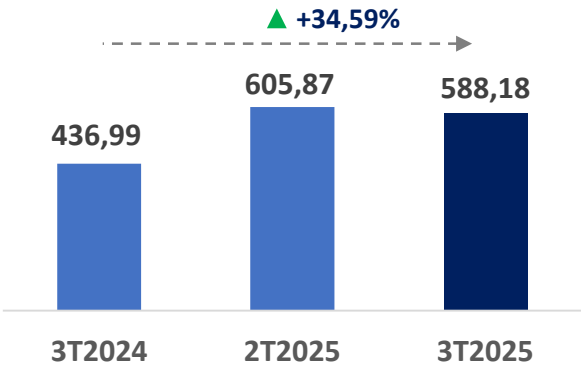
	4T2024	1T2025	2T2025	3T2025
IGA Trimestral	89,68%	92,14%	89,85%	91,37%

TARIFAS PIX

O Pix contribuiu para a receita do Banco por meio das tarifas de pagamentos realizados pelos clientes PJ. No 3T2025, essa receita totalizou R\$ 588,18 mil, representando crescimento de 34,59% em relação ao mesmo período de 2024 e decréscimo de 2,92% em relação ao 2T2025, em virtude da limitação de valor máximo da transação Pix em R\$ 15.000,00 por determinação do Banco Central do Brasil, que resultou na redução do volume de transações realizadas.

Valores de Tarifas PIX PJ

(em R\$ milhares)



CARTÕES

No período, o Banco manteve em seu portfólio para clientes empresariais os cartões **Standard, Gold, Platinum, Black e Black Exclusive**. Dentro de cada categoria, o cliente pode optar pelo cartão tradicional ou pela versão personalizada com as bandeiras do **Clube do Remo** ou do **Paysandu Sport Clube**, ampliando as possibilidades de identificação com a marca e fidelização.



No segmento de cartões de crédito, o Banco implementou iniciativas de estímulo à utilização do produto e fortalecimento da base ativa, com destaque para o ajuste de limites de crédito fundamentado em critérios de adimplência e relacionamento.

Além disso, foi realizada campanha exclusiva voltada aos clientes Banpará, por meio do programa Banpará Sempre +, oferecendo benefícios na troca de pontos com parceiros.

Como resultado das ações implementadas, a Carteira de Cartões registrou receita de R\$ 14,18 milhões no 3T2025, representando crescimento de 1,30% em relação ao 2T2025 e de 13,91% frente ao mesmo período de 2024. O desempenho reforça a relevância do portfólio de cartões na geração de receitas de serviços.



Comentário do Desempenho

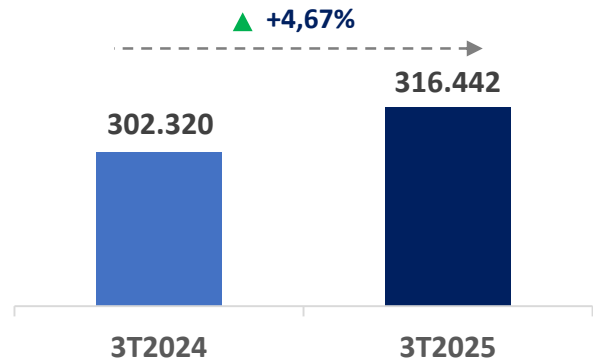
Serviços

PACOTES DE SERVIÇOS – PF E PJ

Os Pacotes de Serviços Pessoa Física e Pessoa Jurídica (PF/PJ) registraram crescimento de 4,67% no número de clientes entre o 3T2024 e o 3T2025, totalizando 316.442 clientes com pacote, ante 302.320 no 3T2024.

O resultado representa acréscimo de 14.122 novas adesões, evidenciando a ampliação da base de clientes vinculados a pacotes tarifários e o fortalecimento do relacionamento comercial com os segmentos de Pessoa Física e Jurídica.

Clientes com Pacote



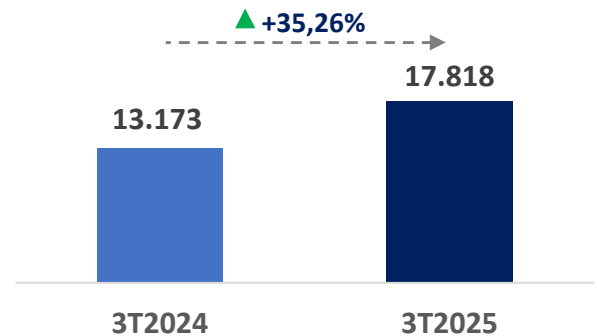
PORTABILIDADE SALARIAL - VINDA

No comparativo entre o 3T2024 e o 3T2025, verificou-se variação positiva de 20,77% no número de portabilidades salariais de vinda ao Banpará, considerando as movimentações efetivadas por CPF. Foram registradas 6.040 portabilidades no 3T2025, frente a 5.001 no 3T2024, o que representou incremento financeiro de R\$ 4,64 milhões, com o montante total evoluindo de R\$ 13,17 milhões para R\$ 17,82 milhões, um aumento de 35,26%.

O desempenho evidencia a ampliação do volume e do valor das portabilidades captadas, refletindo maior atratividade institucional e o fortalecimento das ações de relacionamento e retenção de clientes.

Incremento Financeiro - Portabilidade

(em R\$ milhares)



CONTA CORRENTE – PF E PJ

A carteira de contas correntes Pessoa Física e Pessoa Jurídica (PF/PJ) apresentou variação de -0,01% em relação ao 3T2024, mantendo-se estável também frente ao 2T2025. Em setembro de 2025, o total de contas ativas — consideradas aquelas com movimentação nos últimos três meses — alcançou 375.045 contas, ante 375.081 no 2T2025 e 377.313 no 3T2024.

Na variação em 3 meses, observou-se discreta redução de 0,13% no segmento Pessoa Física e leve incremento de 3,11% no segmento Pessoa Jurídica no 3T2025 frente ao 2T2025, resultando na manutenção do portfólio de contas correntes em nível estável no curto prazo.



Comentário do Desempenho

O indicador apresentou variação positiva em ambos os períodos de análise, evidenciando crescimento consistente na média do Valor Sujeito a Recolhimento (VSR) referente ao compulsório DAV. No comparativo trimestral (junho a setembro de 2025), registrou-se elevação de 4%, enquanto a variação em doze meses (setembro de 2024 a setembro de 2025) apontou incremento de 2,9%.

Os resultados demonstram a adequada manutenção dos níveis de exigibilidade da Reserva Bancária, considerando os saldos diários e a média dos valores sujeitos a recolhimento obrigatório. Tais indicadores evidenciam a regularidade no cumprimento das obrigações normativas e o fortalecimento do posicionamento institucional em conformidade com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Projetos

Diversos projetos estratégicos estão sendo conduzidos para atender à crescente demanda do mercado, como Financiamento de Veículos Sustentáveis, objetivamente voltado à COP30, Pix Automático, Cartão Múltiplo PJ, Cartão de Benefício Consignado, Crédito Trabalhador, entre outros que estão em andamento, com prioridade de entrega prevista para o ano de 2025 e 2026.

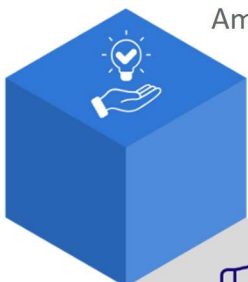
O Banco vem aprimorando a infraestrutura de automação e do parque tecnológico, além da atualização e modernização dos aplicativos *mobile* e *internet banking* PF e PJ.

Com base no portfólio de projetos em andamento, o Banco está direcionando seus esforços estratégicos para três pilares fundamentais:



Expansão e Fortalecimento de Soluções para Pessoa Física e Jurídica:

Ampliação da oferta de produtos e serviços especializados para atender às demandas dos diversos segmentos, com foco em segurança financeira, acesso a crédito e proteção patrimonial. Essa iniciativa visa consolidar o Banpará como um parceiro estratégico, impulsionando o desenvolvimento econômico regional.



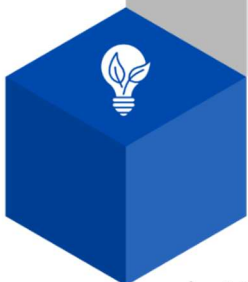
Modernização e Melhoria Contínua dos Canais Digitais:

A transformação digital é uma prioridade, com investimentos em plataformas ágeis e intuitivas que elevam a experiência do cliente. A otimização dos canais digitais não apenas facilita operações financeiras, mas também amplia a inclusão bancária, garantindo atendimento eficiente para todos os perfis de usuários.



Sustentabilidade e Inovação Socioambiental:

O Banco reforça seu compromisso com a responsabilidade socioambiental por meio de produtos sustentáveis, como linhas de crédito para energia renovável e iniciativas de impacto positivo. Essas ações alinham-se às tendências globais de ASG, fortalecendo a reputação institucional e atraindo clientes conscientes.





Comentário do Desempenho

Esses eixos estratégicos refletem o posicionamento do Banco como uma instituição inovadora, comprometida com o crescimento dos negócios, a excelência no atendimento e a construção de um futuro mais sustentável para o Pará.

COP30

Em continuidade a preparação para a COP30, no 3T2025 o Banpará seguiu desenvolvendo os seguintes projetos, todos com entrega prevista até o início do evento:

- ✓ **Projeto Financiamento de Veículos Sustentáveis** – A Linha encontra-se em piloto controlado e logo estará disponível para o mercado, incluindo o público taxista, o que fomentará a logística necessária para o evento.
- ✓ **Projeto FUNGETUR - Aquisição de Bens** – A linha está em fase de implementação para iniciar a comercialização.
- ✓ **Banpará-Bio – Pecuária Verde** – A linha Pecuária Verde tem como foco direcionar os recursos financeiros para investimentos pecuários que se alinhem com práticas sustentáveis que encontra-se em fase de implementação negocial e sistêmica para atender aos parâmetros de sustentabilidade estabelecidos pela iniciativa.



O Banpará tem conduzido diversos projetos que visam atender às demandas internas e externas, com base nos projetos conduzidos no Portfólio geral, nota-se o esforço em modernizar e melhorar a estrutura interna dos legados e sistemas, buscando melhor experiência do cliente, e otimizar sistemas e legados tecnológicos que sevem como base para prestação de um bom serviço ao cliente.

Estratégia Corporativa

No ciclo estratégico quinquenal vigente (2025–2029), o 3T2025 representa a fase inicial de implementação das ações estruturadas a partir das diretrizes aprovadas pela Alta Administração. Destaca-se que, como previsto nos marcos temporais do planejamento de longo prazo, as ações encontram-se na maioria em status iniciais de execução, compatível com o estágio atual do ciclo.

Neste período, os esforços estiveram concentrados no monitoramento e governança, alinhamento intersetorial e pactuação das metas junto às áreas responsáveis. Dentre as principais entregas destaca-se a elaboração do Relatório de Indicadores Estratégicos, com a consolidação de indicadores, metas e marcos de monitoramento de 1º e 2º níveis. Ainda que o estágio de maturação das ações esteja nos seus momentos iniciais, os avanços observados até o momento estão em linha com o cronograma de execução pactuado e demonstram compromisso institucional com o cumprimento dos objetivos propostos.

Importante reforçar que, em se tratando de um planejamento estratégico de horizonte quinquenal, é esperado que os impactos mais robustos sejam observados a partir dos ciclos intermediários de monitoramento, à medida que os projetos ganhem tração e maturidade operacional.



Comentário do Desempenho

Assim, as principais Estratégias Corporativas do Banco no 3T2025 foram:

- ✓ Desenvolvimento de ações voltadas para expandir a tecnologia do Banco, ampliando os serviços e produtos ofertados no meio digital e desenvolvendo novo modelos de negócio digital;
- ✓ Incentivo ao financiamento de produtos verdes;
- ✓ Iniciativas para tornar o Banco mais sustentável por meio do uso de energia solar.

BENEFÍCIO FISCAL - LEI DO BEM

No 3T2025 o Banpará realizou pela primeira vez o benefício fiscal decorrente da Lei do Bem, que permite a dedução fiscal de valores provenientes de atividades relacionadas a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I), com economia de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. Economia fiscal direta gerada pela Lei do Bem de R\$ 1.287.110,26. Os valores direcionados a Inovação refletem o impacto positivo da política de incentivo à inovação e promove maior competitividade e eficiência tributária para a empresa.

ASG

No 3T2025, o Banpará executou revisão das diretrizes, metodologias e ferramentas estabelecidas na sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e no Manual de Normas e Procedimentos de Classificação, Avaliação e Monitoramento de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos, em virtude da necessidade de aprimoramentos das práticas internas para mitigação de riscos, em aderência à Resolução CMN 4.945/2021 e aos Normativos SARB 14/2014, atualizado em novembro de 2024, e 26/2023 da Febraban.

A implementação dessas melhorias não altera especificamente a estrutura de governança da sustentabilidade, porém aprimora as práticas ASG e de gestão de riscos subordinadas a ela, evidenciando o compromisso do Banco com práticas cada vez mais sustentáveis, com responsabilidade socioambiental e com o contínuo aperfeiçoamento de suas operações, processos e atividades, consolidando a confiança dos *stakeholders* ao assegurar a manutenção de práticas já consolidadas e validadas pelo mercado.

O Programa de Teste de Estresse manteve o cenário de estresse climático institucional, avaliando impactos potenciais e resiliência da organização frente a eventos adversos simulados. Também teve início a revisão do Regulamento de Licitações e Contratos e outros normativos relacionados, para institucionalizar a análise de riscos SAC antes da contratação e durante a vigência contratual.

Com relação aos riscos operacionais, o Banpará iniciou o mapeamento dos seus processos, utilizando metodologia alinhada às Resoluções CMN nº 4.557/2017 e 4.943/2021, bem como às normas ISO 31000, COSO II e SARB 14 da Febraban. Esse trabalho visa identificar, mensurar, avaliar e monitorar riscos para subsidiar ações de mitigação e controle.



Comentário do Desempenho INICIATIVAS ASG



AMBIENTAL

- ✓ **Diversificação de matriz energética**, para uso de energia fotovoltaica para as unidades do Banpará.
- ✓ **Eficiência da gestão de resíduos**: através de práticas de coleta seletiva e credenciamento de cooperativas de catadores.
- ✓ **Revisão da matriz de materialidade**: consulta pública concluída por uma vasta pesquisa sobre os temas priorizados no mercado, entre bancos e outras empresas, a fim de contribuir com a formação dos indicadores de sustentabilidade. A nova materialidade irá acompanhar a vigência da atual estratégia, podendo ser revisada a qualquer tempo, caso ocorram mudanças significativas que acometam a sua defasagem.
- ✓ **Implantação do Sistema de Gestão de Indicadores de Sustentabilidade** e execução de procedimentos para o inventário de emissões de GEE e de consolidação de dados para definição da nova Materialidade.
- ✓ **Conclusão do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)**: O inventário é uma ferramenta que mapeia e quantifica as emissões de GEE do Banpará, ação que permitirá que o Banco entenda seu impacto ambiental, auxilie nas tomadas de decisão e estabeleça metas para redução desses gases.



SOCIAL

- ✓ O Banpará manteve iniciativas voltadas à saúde dos seus colaboradores, como o programa **Mais Saúde**, o **Abono Atividade Física e Terapias Holísticas**, promovendo bem-estar físico e emocional.
- ✓ No 3T2025, o **Programa de Desenvolvimento Educacional** promoveu treinamentos em temas como ASG, combate à corrupção, riscos e outros. No trimestre, o Banco permaneceu disponibilizando o treinamento "Trilha de Carbono nas Mudanças Climáticas", destinada a todos os funcionários.
- ✓ Continuidade das parcerias do Banco com instituições de caráter social e filantrópico, reforçando o comprometimento com questões socioambientais.
- ✓ Participação no **Pacto Interinstitucional Pró-equidade Racial no Estado do Pará**, por meio da estruturação de ações voltadas a orientação e aculturação dos empregados nas temáticas de diversidade, inclusão e equidade racial.
- ✓ Participação no projeto piloto da Associação Brasileira de Desenvolvimento - ABDE para calibrar e implementar a Metodologia de Escala de Avaliação ASG no Sistema Nacional de Fomento, com o objetivo de fortalecimento de práticas de sustentabilidade e governança, foi realizado um diagnóstico detalhado das suas práticas ASG, que redundará na definição da sua Maturidade ASG, comparado às tendências internacionais. Esses resultados serão apresentados posteriormente pela ABDE.



Comentário do Desempenho



GOVERNANÇA

- ✓ Atuação do Grupo de Trabalho – GT de **Modernização da Classificação de Agências**, com a estruturação de ações e indicadores socioambientais que irão medir a eficiência do processo de Classificação de Agências por Nível, alinhando às melhores práticas de mercado e às demandas regulatórias e sociais, bem como demais diretrizes correlatas ao tema e a avaliação do mercado financeiro, que se utiliza de práticas mais abrangentes, incluindo indicadores de impacto social, inovação e eficiência operacional (não financeiros).
- ✓ Enfoque aos **projetos** acompanhados pelo **GT da COP30**, que envolvem: financiamento de veículos sustentáveis, crédito para o turismo e outros negócios, câmbio, etc.
- ✓ Execução do **Plano de Comunicação de Riscos e Responsabilidade Socioambiental**, com diretrizes para a comunicação interna e externa de temas ASG, visando aculturamento e alinhamento à PRSAC.

Governança Corporativa

A Governança Corporativa do Banpará adota uma estrutura fundamentada em princípios de transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa e sustentabilidade. As principais atribuições da governança do Banco englobam a formulação e acompanhamento da estratégia institucional, a gestão integrada de riscos e controles internos, a promoção da ética e integridade em todos os níveis, e a garantia de um relacionamento transparente e equitativo com todos os públicos de interesse.

Essa estrutura permite assegurar a transparência em todas as operações, por meio de políticas claras, divulgação de informações relevantes e mecanismos de controle eficazes. O alinhamento com as melhores práticas é garantido pela constante revisão e atualização dos processos e políticas, buscando sempre a conformidade com as regulamentações vigentes e as expectativas dos *stakeholders*.

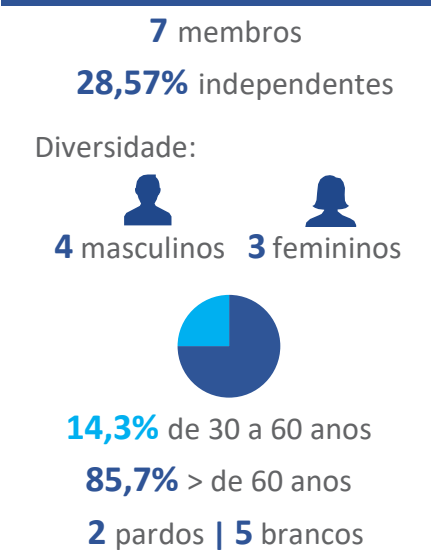
A estrutura organizacional do Banpará é composta por:

- Um Conselho de Administração, eleito e destituível pela Assembleia Geral;
- Uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração.

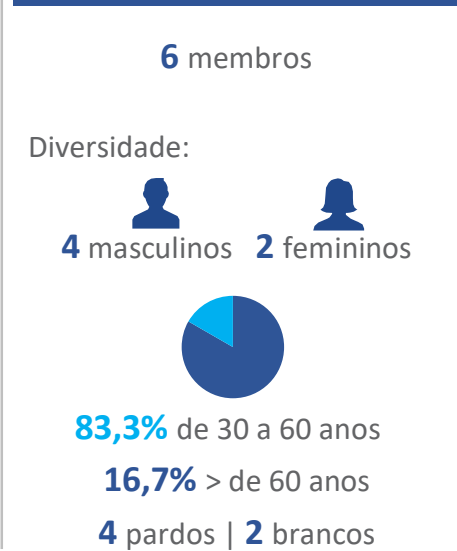
No 3T2025, o Banpará reforçou a sua atuação em favor da diversidade, elegendo uma mulher para assumir o cargo de Diretora de Tecnologia, e assim, mantendo a composição de 33,3% da Diretoria Colegiada por mulheres.

Comentário do Desempenho

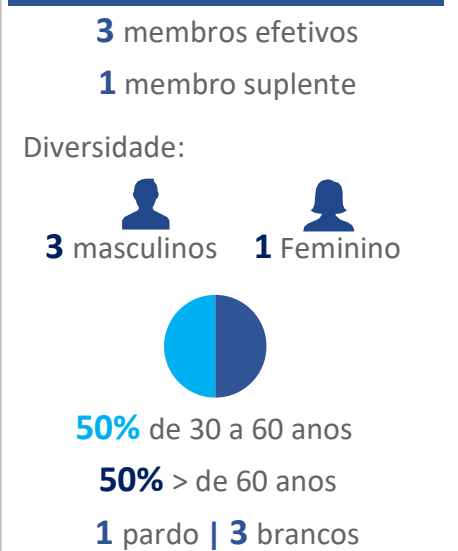
Conselho de Administração



Diretoria



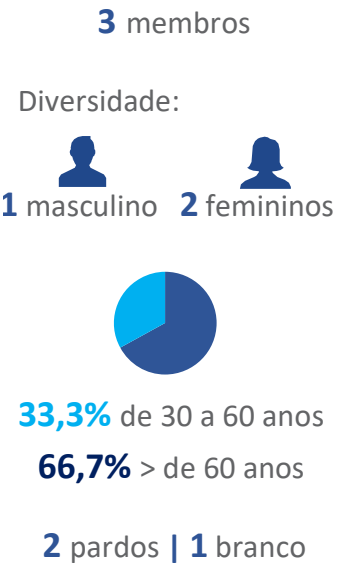
Conselho Fiscal



Adicionalmente, a Companhia conta com quatro Comitês Estatutários de Assessoramento ao Conselho de Administração:

- Comitê de Auditoria;
- Comitê de Remuneração.
- Comitê de Elegibilidade; e
- Comitê de Riscos;

Comitê de Auditoria



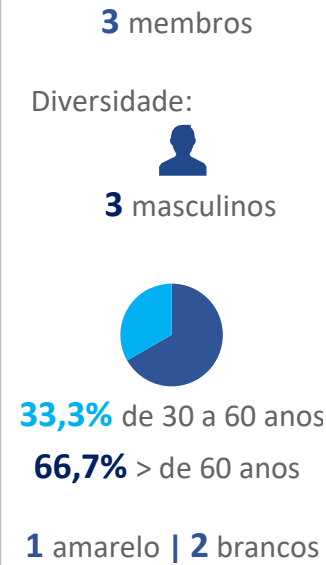
Comitê de Remuneração



Comitê de Elegibilidade



Comitê de Riscos



Informações adicionais sobre Governança Corporativa estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br – Seção Governança Corporativa).

Comentário do Desempenho

Reconhecimento

O Banpará se destacou na edição 2025 do **Ranking Valor** – que lista os 100 maiores bancos do Brasil. A Instituição conquistou a 51° posição na lista geral e a 31° entre as instituições brasileiras, tal fato reflete o compromisso do Banpará com a digitalização de serviços, a expansão de atendimento e o fortalecimento da governança corporativa, fatores que contribuíram para sua avaliação positiva no ranking setorial da área financeira.

Valor		Valor 1000	
RANKING DA ÁREA FINANCEIRA			
Os 100 maiores bancos			Edição 2025
CLASS. 2024	CLASS. 2023	BANCO	SEDE
51	50	Banpará	PA

Relação com Investidores

O Banpará possui o setor de Relações com Investidores (RI) que exerce papel estratégico na transparência e credibilidade institucional, assegurando a divulgação clara e tempestiva de informações financeiras e operacionais. Sua atuação fortalece o relacionamento com investidores, acionistas e o mercado, contribuindo para a captação de recursos, valorização institucional e crescimento sustentável.

A atuação eficiente do setor de RI se consolida como pilar da governança corporativa e da confiança junto aos *stakeholders*, promovendo um ambiente de negócios mais estável e atrativo.

Como parte desse compromisso, o Banco mantém um site voltado ao relacionamento com os investidores e o mercado em geral, acessível por meio do endereço: <https://ri.banpara.b.br/>.

Ratings

AGÊNCIA	DATA	ESCALA	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	PERSPECTIVA
MOODY'S	Jul/25	Local	AA-.br	ML A-1.br	Estável
	Jul/25	Global	Ba2	NP	Estável
STANDARD & POOR'S	Ago/24	Local	BrAA+	BrA-1+	Estável
	Set/25	Global	BB-	B	Estável



Comentário do Desempenho

Composição Acionária

O Capital Social do Banpará, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no país e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

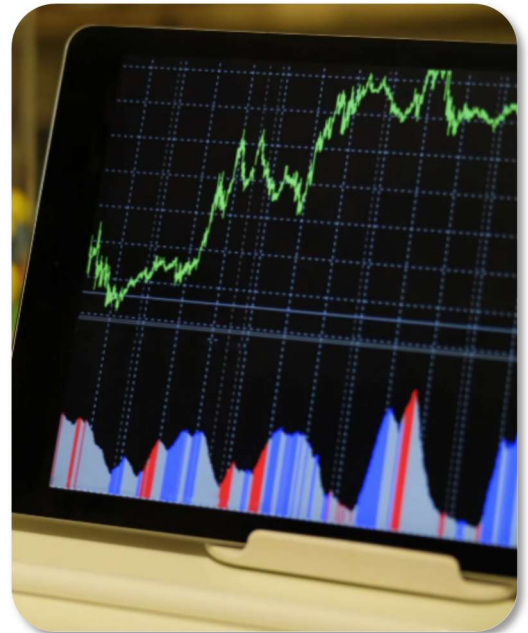
ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	17	0,0002%
Demais Acionistas	1.444	0,0152%
TOTAL	9.521.649	100%

Remuneração aos Acionistas

Em setembro de 2025, o Banpará reafirmou seu compromisso com os acionistas ao efetuar o pagamento de R\$ 41,9 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JSCP), referentes ao resultado do 1º trimestre de 2025 – 1T2025. O valor, equivalente a R\$ 4,4015, foi o maior montante pago por ação pelos bancos pares que realizaram a distribuição de JSCP referente ao 1T2025.

O resultado reflete a solidez financeira e a eficiência operacional do Banpará, evidenciando o compromisso da instituição com as melhores práticas de governança corporativa e a valorização de seus investidores.

Com esse movimento, o Banpará reforça sua imagem de instituição sólida, transparente e comprometida com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, assegurando retorno relevante aos seus acionistas.



Controles Internos e Compliance

No 3T2025, o Banco concentrou esforços em assegurar a conformidade regulatória, fortalecer a governança e aprimorar continuamente os processos internos, mantendo alinhamento com políticas corporativas e normativos aplicáveis. Destacando-se:



Atuação como Segunda Linha de Defesa: a atuação como segunda linha de defesa foi reforçada, com avaliação de riscos regulatórios em novos produtos e operações, além de orientação às áreas sobre requisitos aplicáveis. Foram promovidas a padronização de rotinas, a definição clara



Comentário do Desempenho

de papéis e responsabilidades, e a prevenção de desvios, em consonância com o princípio de "cumprir e fazer cumprir" as normas. O monitoramento de normativos externos foi intensificado, assegurando a captura e disseminação ágil de alterações relevantes.

✓ **Integridade e Transparência:** Foi revisado o Programa de Integridade Banpará, alinhando-o à 2ª edição do Guia da CGU (agosto/2024) e à Lei nº 14.133/2021. Também foi elaborado o Relatório de Índícios de Ilícitudes do 1º Semestre de 2025 – 1S2025, em conformidade com a Resolução BCB nº 4.859/2020, consolidando informações sobre reportes, apurações e providências para garantir transparência e rastreabilidade perante as instâncias de governança.

✓ **Controles Internos:** concluíram-se a Autoavaliação de Controles Internos e a revisão da Política de Controles Internos, visando ao aprimoramento contínuo das práticas de governança e conformidade. Adicionalmente, foi disponibilizado à Alta Administração o Relatório Anual de Controles Internos, apresentando vulnerabilidades identificadas e ações de mitigação implementadas.

✓ **Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD):** foi elaborado o Sumário Executivo de PLD referente ao 1S2025, consolidando ações de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, controles implementados e indicadores operacionais monitorados. O documento reforça a eficácia das rotinas de monitoramento e a aderência às normas internas e regulatórias, apoiando a tomada de decisão e o fortalecimento da cultura de prevenção.

No 3T2025, o Banpará consolidou importantes avanços em sua estrutura de atuação, com o fortalecimento da governança corporativa e dos mecanismos de controle internos. O Banco garantiu maior aderência aos normativos internos e externos, promoveu significativo aprimoramento na transparência e rastreabilidade das ações realizadas e reforçou a cultura de conformidade e integridade em toda a instituição, assegurando assim o alinhamento estratégico com as melhores práticas do mercado e a adequada gestão de riscos regulatórios.

INVESTIMENTOS EM CULTURA DE CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

No 3T2025, a Banpará intensificou as ações de disseminação da cultura de conformidade e controles internos, em consonância com o Plano de Cultura Anual. Entre as ações, estão:

✓ A manutenção da comunicação contínua sobre temas relevantes, reforçando mensagens-chave e estimulando a corresponsabilidade dos colaboradores na prevenção de riscos regulatórios;

✓ A promoção de iniciativas sobre capacitação, incluindo a participação de colaboradores no XXI Encontro Nacional de Controle Interno (CONACI);

✓ Campanhas internas de sensibilização sobre o papel dos controles internos na mitigação de riscos.

Essas ações contribuíram para o fortalecimento da cultura de conformidade e maior engajamento dos colaboradores, ampliando a percepção da importância da governança e do cumprimento regulatório no ambiente institucional.

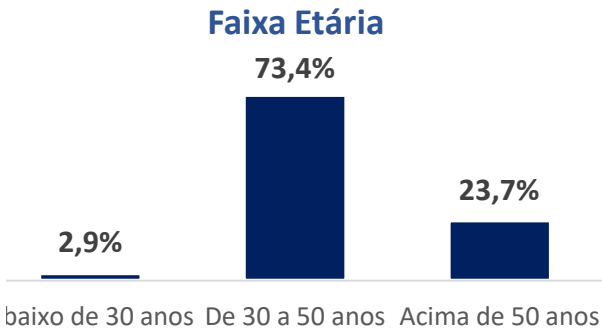
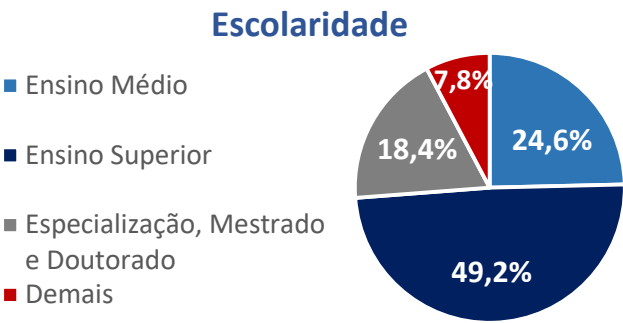
Comentário do Desempenho

Recursos Humanos

O Banpará encerrou o 3T2025 com 2.578 funcionários, e seguiu realizando ações para o desenvolvimento e a valorização de seus colaboradores, fortalecendo a cultura de *feedback* contínuo e promovendo iniciativas que estimulam o engajamento e o crescimento profissional. Entre os principais destaques, estão:

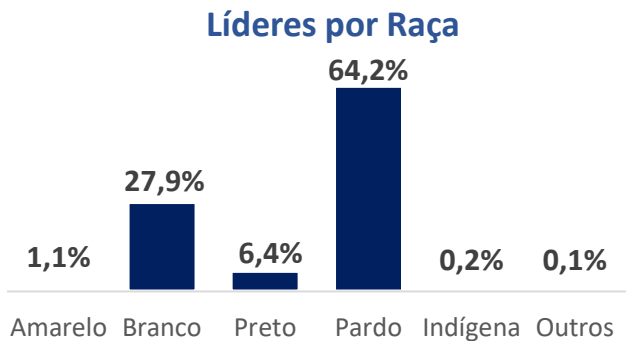
- **Avaliações de Condutas Funcionais:** voltadas à recuperação, retenção e acompanhamento dos empregados mediante planos de capacitação e ações de desenvolvimento.
- **Avaliação de Desempenho Funcional (ADF):** automatização da comunicação entre avaliadores e avaliados, permitindo maior controle do processo e aumento do número de avaliações concluídas.
- **Oportunidades de Ascensão na Carreira:** incentivo à valorização e retenção de talentos, com ações que reforçam o desenvolvimento interno e o reconhecimento profissional.
- **Inclusão Social:** ampliação das contratações de jovens aprendizes de baixa renda e inserção de estagiários de pós-graduação, promovendo oportunidades de ingresso e experiência no mercado de trabalho.
- **Cargos e Funções:** encaminhamento à Diretoria Administrativa dos estudos para atualização do Plano de Cargos e Salários e das Gratificações de Função, reforçando o compromisso com a valorização dos empregados.

Essas iniciativas consolidam o compromisso do Banpará com um ambiente de trabalho inclusivo, produtivo e orientado ao desenvolvimento contínuo de seus colaboradores.



DIVERSIDADE NOS CARGOS DE LIDERANÇA:

43% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres.





Comentário do Desempenho

EDUCAÇÃO CORPORATIVA:

A Universidade Corporativa do Banpará – UniBanp consolidou-se como instrumento estratégico de gestão do conhecimento, promovendo a disseminação de saberes, o autodesenvolvimento e a valorização do capital intelectual, em alinhamento ao Mapa Estratégico do Banco.



PLANO ANUAL DE TREINAMENTO (PAT) - Foram realizadas capacitações voltadas a temas estratégicos, como Vendas de Alto Impacto, Governança Corporativa, Inteligência Artificial para Lideranças, Gestão de Conflitos, Inteligência Emocional, Planejamento Estratégico e Sustentabilidade (Trilha de Carbono), fortalecendo competências técnicas e comportamentais essenciais à execução da estratégia institucional.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDEB) - Manteve apoio à formação acadêmica de empregados em cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo para o desenvolvimento de competências, inovação e consolidação da cultura organizacional.



PROGRAMA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) - Seguiu com foco na preparação institucional para a COP 30, ampliando a capacidade de atuação e o alinhamento às políticas públicas do Estado.



PROGRAMA DE CERTIFICAÇÕES LEGAIS - Promoveu certificações em instituições reconhecidas do setor financeiro, como ANBIMA e ABECIP, reforçando a conformidade regulatória e o aprimoramento técnico.



EVENTOS E CONGRESSOS - Destacou-se a participação institucional em eventos de relevância nacional e internacional, como a CIPA e o XXI Encontro Nacional de Controle Interno (CONACI), que contribuíram para o fortalecimento técnico e estratégico da força de trabalho.



CAPACITAÇÕES CONTINUADAS – Incluíram temas de sustentabilidade, crédito responsável e governança corporativa, com ênfase em ações como a Trilha de Carbono, o Microcrédito Banpará-Bio e a Gestão das Estatais, alinhadas às boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG).

As ações de capacitação no 3T2025 reforçam o compromisso do Banpará com a qualificação contínua, a sustentabilidade e a excelência na gestão pública. A Educação Corporativa mantém-se como pilar estratégico para o desenvolvimento de talentos, fortalecimento da cultura organizacional e consolidação de práticas ASG, contribuindo diretamente para a eficiência, inovação e perenidade institucional.



ACORDO COLETIVO

Em relação aos benefícios aos colaboradores, os reajustes previstos no Acordo Coletivo de 2024 foram devidamente implementados em setembro de 2025. Essa medida ampliou o investimento direto em pessoal, refletindo o compromisso institucional com a valorização dos trabalhadores. Como resultado, observou-se um impacto positivo na satisfação dos colaboradores, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e à motivação.



Comentário do Desempenho

Marketing

Desde o 1T2025, o Banpará vem aprimorando suas estratégias na área de marketing e comunicação, especialmente no ambiente digital, com foco na sustentabilidade, inclusão financeira e segurança, intensificando suas ações na divulgação de produtos diversos. O Banpará segue direcionando sua comunicação a fim de acompanhar as mudanças no comportamento do cliente e no cenário econômico, priorizando a oferta de produtos e serviços que atendam às necessidades dos consumidores.



No 3T2025, o Banpará direcionou suas campanhas publicitárias para a divulgação de produtos diversos, como Banpará Vai à Praia, Consignado, Banparacard, Cartão de Crédito, Recuperação de Crédito e Poupança. Nesse mesmo período, a instituição intensificou suas estratégias de monitoramento, incorporando à análise o engajamento e a reação do público nas redes sociais.

Além disso, o Banco seguiu com ações voltadas à divulgação de produtos financeiros destinados a diferentes perfis de clientes, com destaque para soluções sustentáveis e inclusivas.

PATROCÍNIOS

No que tange aos patrocínios, o Banpará destinou recursos a projetos nas áreas de cultura, fomento e esporte, reafirmando seu compromisso institucional com o desenvolvimento social e o estímulo à economia local em diversos municípios paraenses. Durante o 3T2025, a instituição reforçou seu papel como agente promotor do desenvolvimento social ao apoiar diversos eventos, contribuindo para a preservação das tradições locais, estímulo à economia criativa, e ao incentivo do esporte e da cultura no Estado do Pará, fortalecendo sua imagem institucional junto à sociedade paraense e ampliando o impacto positivo de suas ações.

Além disso, o Banpará também apoiou entidades filantrópicas e projetos socioculturais em diversos municípios, abrangendo ações nas áreas de cultura, fomento e esporte, com impacto direto na geração de renda, fortalecimento da economia local e inclusão social.



CULTURA

Mais de **24%** do orçamento total de patrocínios foi direcionado a iniciativas culturais, reafirmando o compromisso do Banpará com a valorização do patrimônio imaterial do Pará e com ações que promovem inclusão e identidade cultural.



ESPORTE

No segmento esportivo, o Banco destinou mais de **7,5%** dos recursos ao fomento do esporte, com destaque para o patrocínio aos principais clubes paraenses que participam do Campeonato Brasileiro – Série B e D, fortalecendo o futebol local e ampliando a visibilidade da marca da instituição em nível regional e nacional.

Comentário do Desempenho

SOCIAL

No campo social, mantiveram-se vigentes as doações para as instituições Casa do Menino Jesus, Fazenda da Esperança, Espaço Nova Vida e Ação Sorriso, reforçando o compromisso do Banpará com iniciativas voltadas à assistência e acolhimento.

Essas iniciativas demonstram que o Banpará atua de forma estratégica para além de suas atividades bancárias, cumprindo sua missão institucional de promover o desenvolvimento do Estado, com foco na valorização das pessoas, da cultura e do esporte paraense.

Ouvidoria

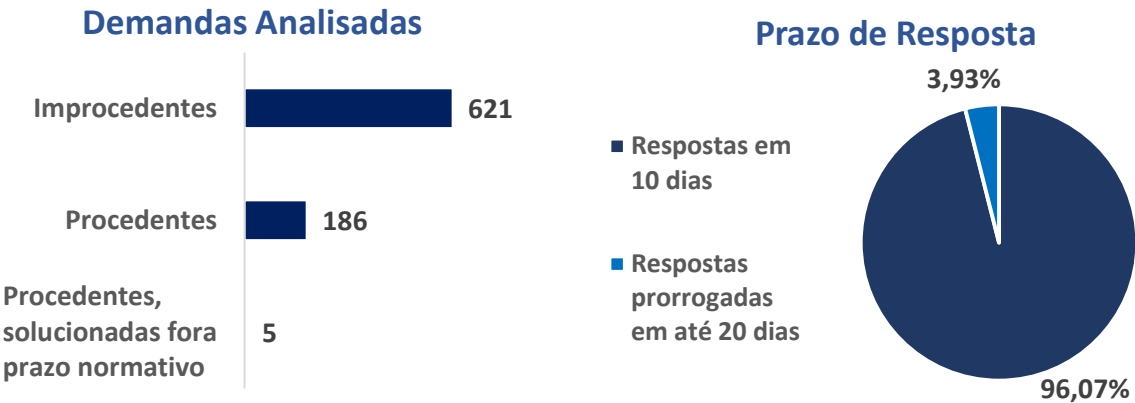
A Ouvidoria do Banpará atua como instância final de atendimento aos clientes e usuários, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar. Atua com prazos normativos de: **10 dias úteis** – Resolução CMN nº 4.860/2020 (geral); ou **20 dias corridos** – Em atendimento a assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

A Ouvidoria possui um papel de interlocução com as entidades reguladoras, internalizando assuntos sensíveis que afetam diretamente o consumidor, especialmente sua capacidade de pagamento dos compromissos mensais (superendividamento) e a subsistência da sua dignidade humana, mediando situações de conflitos e propondo melhorias para a gestão dos produtos/serviços, inclusive com participações em discussões sobre temas relevantes com o Banco Central e Defensoria Pública.

Como parte importante no processo de relacionamento com o cliente, busca engajamento das equipes internas, conduz o tratamento das manifestações nos prazos normatizados com escuta ativa, análise solutiva e respostas conclusivas aos demandantes, gerando valor para a Instituição e sendo pilar na retenção e fidelização do cliente.

Dessa forma, considerando ser um importante mecanismo de resolutividade, a Ouvidoria auxilia na melhoria contínua das ações de relacionamento com clientes e usuários de produtos e serviços, levando ao conhecimento das unidades de retaguarda, os temas relevantes que geraram reclamações, analisando e apontando possibilidades de melhorias nos processos, fluxos, produtos e serviços Institucionais.

 **Atuação** - No 3T2025, foram analisadas 815 demandas, sendo:





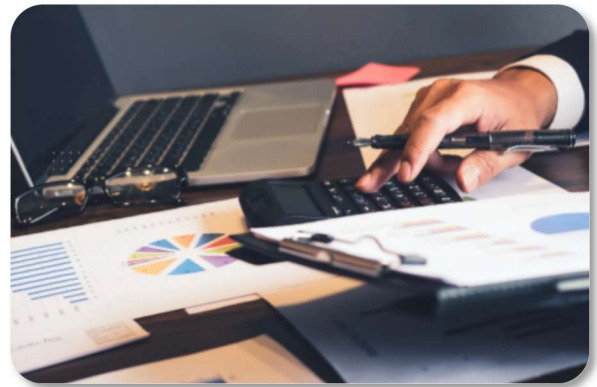
Comentário do Desempenho

No 3T2025, 161 demandas foram atendidas em até 5 dias úteis, alcançando o percentual de cumprimento desse prazo em **19,75%**. As demandas julgadas procedentes, solucionadas, são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco, por meio de proposições nos Relatórios mensais e semestrais, que posteriormente podem converter em planos de ação objetivando melhorias dos processos operacionais dos produtos e serviços do Banpará.

A Ouvidoria tem atuado ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, proporcionando respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banpará com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna exerce papel essencial no fortalecimento da governança corporativa, na promoção da transparência e na integridade das operações do Banco. Sua atuação contribui para a mitigação de riscos, o aprimoramento dos controles internos e a conformidade com as normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Desempenha ainda função estratégica no monitoramento das linhas de defesa, no apoio ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, além de fomentar uma cultura organizacional pautada pela ética e responsabilidade. A independência e objetividade do órgão asseguram recomendações de alto valor agregado, com impacto direto na eficiência operacional e na redução de riscos.

No 3T2025, o Banpará manteve o foco na agregação de valor à gestão e no fortalecimento da cultura de riscos, com destaque para auditorias em Governança Corporativa, Risco Socioambiental e Climático, Câmbio Comercial e Financeiro e *Open Finance*, em consonância com o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT 2025). Também foram realizados ciclos de acompanhamento (*follow-up*) das recomendações emitidas, garantindo tempestividade e efetividade das ações corretivas.

Auditoria Independente

A auditoria independente tem a atribuição de emitir opinião se as demonstrações financeiras e os relatórios corporativos preparados pela administração representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, observadas as regulações aplicáveis. Os serviços de auditoria independente são essenciais para a proteção dos usuários das demonstrações financeiras e contribui para o funcionamento do mercado de valores mobiliários à medida que colabora para o fortalecimento da confiança nas relações entre as entidades auditadas e os usuários das demonstrações. No Banpará, esse serviço é prestado pela empresa FORVIS MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 3º trimestre de 2025 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Amanda da Silva Soares

Elias Thiago Gonçalves Lima

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



Notas Explicativas

Notas Explicativas 3T2025



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020, e os novos requerimentos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções das normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;

Notas Explicativas

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;

CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;

CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;

CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;

CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e

CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisões, ativos e passivos contingentes;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários que contém ativos classificados como a valor justo por meio do resultado e por meio de resultados abrangentes, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção de Novas Normas

O Banpará adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

Notas Explicativas

- a) Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e BCB nº 352, de 2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros. Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se: ativos financeiros que passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do Banco e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
- b) As receitas e os encargos atrelados diretamente à originação de instrumentos financeiros são apropriados no resultado do período, pró rata temporis, considerando a taxa de juros contratual original;
- c) Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações entram em atraso por prazo superior a 90 dias e que são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- d) A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- e) Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- f) Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação;
- g) Instruções Normativas BCB nº 493 a 500, de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas contábeis divulgadas por tais instruções.

Notas Explicativas

h) Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: estabelece o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2025, essas instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas e em operações com pessoas jurídicas em processo falimentar ou de recuperação judicial. A lei define critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos. A realização dos créditos tributários provenientes das diferenças temporárias de provisões indedutíveis, demonstrada na nota explicativa 22, ocorrerá quando esses créditos atingirem atraso acima de 90 dias e quando houver a reversão das referidas provisões, dado que os critérios de dedutibilidade estabelecidos pela lei 9.430/96, aplicáveis as instituições financeiras e utilizados anteriormente para mensurar a realização desses créditos, foram revogados. Adicionalmente, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Por fim, o Banpará poderá optar, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as deduções de que trata o caput deste artigo, à razão de 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do patrimônio líquido demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025.

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	31.12.2024	Adoção da 4.966	01.01.2025
Aplic. Interf. e Tit. e Val. Mobiliários	2.113.139	(87)	2.113.052
Operações de Crédito	14.206.586	656	14.207.242
PASSIVO	31.12.2024	Adoção da 4.966	01.01.2025
Outras Obrigações	258.236	676	258.912
Patrimônio Líquido em 31.12.2024			1.908.309
Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito			(215)
Perda Esperada Associada com Aplic. Interf. e Tit. e Val. Mobiliários			(87)
Stop Accrual			465
Ajuste Operações de Câmbio			1.082
Patrimônio Líquido em 01.01.2025			1.909.554

O Banco seguiu as diretrizes do Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, que dispensa a apresentação comparativa nas Demonstrações Financeiras de 2025 em relação aos períodos anteriores.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas em 4 de novembro de 2025.

2.2. Principais Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins.

Notas Explicativas

Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Ativos e Passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, quando o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento, na data da negociação. O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- For transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos definidos, ou
- Baixado em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, caso não haja expectativas razoáveis de sua recuperação. Estudos realizados para as carteiras do Banco demonstram que a partir de uma quantidade de atraso, a depender da carteira, o percentual de recuperabilidade se estabiliza, sendo, portanto, baixados para prejuízo.

Quando um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o seu valor contábil bruto é recalculado para refletir os novos fluxos de caixa da operação, sem que ocorra a baixa desse ativo financeiro.

Classificação de ativos e passivos financeiros

A classificação de Ativos Financeiros ocorre tanto pelo modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “somente principal e juros” (SPPJ).

Com base nesses dois critérios, os ativos serão classificados como:

- **Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA):** ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.
- **Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Notas Explicativas

- **Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR):** ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis.
- **Modelos de Negócios:** representam a maneira como os ativos financeiros são administrados, considerando: i) os riscos que influenciam o desempenho do modelo de negócio; ii) a forma de remuneração dos gestores do negócio; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.
- **Teste SPPJ:** análise dos fluxos de caixa contratuais para determinar se consistem apenas em pagamento de principal e juros, que devem ser representados pela contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre nessa definição, o ativo financeiro não passa no Teste SPPJ e, conseqüentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais, representado pelas cotas de fundos de investimento não atendem ao Teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes.

Classificação de ativos e passivos financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados a custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** incluem derivativos e passivos financeiros originados de contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.
- **Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar:** avaliados levando em conta a provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Garantias Financeiras:** mensuradas pelo maior valor entre: (i) a provisão para perdas de crédito esperadas; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial, subtraído do valor acumulado da receita.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou a valor justo em outros resultados abrangentes são reconhecidos por meio da taxa efetiva de juros (TJE), que é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJE considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

Taxa de Juros Efetiva – Metodologia Diferenciada

O Banco optou por adotar a metodologia diferenciada para reconhecimento das receitas e despesas relacionadas aos custos de transação em operações de crédito e demais operações com característica de operações de crédito. Essa metodologia, consiste em:

- Apropriação de receitas no resultado do período, *pro rata temporis*, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual original; e
- Apropriação linear de receitas e despesas relacionadas aos custos de transação e outros valores recebidos na originação ou emissão do instrumento financeiro, conforme as características do contrato.

A apropriação de juros deixa de ser reconhecida quando um instrumento financeiro se torna um ativo com problema de recuperação de crédito, ou seja, quando apresenta atraso superior a 90 dias no pagamento de principal de juros, ou quando há evidências de redução significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

Mensuração a valor justo

Os instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços. A valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de:

Notas Explicativas

- Receita ou despesa, no resultado do período, para instrumentos financeiros classificados como valor justo no resultado.
- Outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, para ativos financeiros classificados como valor justo em outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou perdas não realizadas em outros resultados abrangentes são transferidos para o resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, de forma irrevogável, no reconhecimento inicial. Neste caso, a transferência dos ganhos ou perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia do Valor Justo

A mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros é realizada com base em uma hierarquia que classifica os dados utilizados no processo de avaliação em três níveis distintos. Essa hierarquia visa garantir a consistência e a comparabilidade das avaliações, promovendo a transparência nas divulgações contábeis. A seguir, detalhamos os três níveis da hierarquia de valor justo:

Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas em bolsas de valores e cotas de fundos de investimentos com alta liquidez.

Nível 2: Dados observáveis no mercado, utilizados em técnicas de precificação e podem incluir preços de ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços de ativos ou passivos idênticos em mercados não ativos, ou outras informações de mercado observáveis. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos com menor liquidez.

Nível 3: Dados não observáveis no mercado, utilizados em técnicas de avaliação que requerem premissas e estimativas. Esses dados são baseados em informações internas do banco e refletem as melhores estimativas da administração sobre as premissas que os participantes do mercado utilizariam na determinação do valor justo.

Notas Explicativas

Incluem instrumentos financeiros complexos e ativos ilíquidos.

Para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo derivativos não negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado utilizando técnicas de avaliação baseadas em premissas de mercado. As principais premissas incluem dados históricos, transações similares, taxas de desconto e fluxos de caixa futuros descontados a valor presente.

Perda Esperada

O Banco constitui provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito utilizando a metodologia completa, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 para:

- Ativos financeiros, exceto instrumentos patrimoniais de outras entidades, ativos classificados na categoria valor justo por meio do resultado, mensurado no nível 1 da hierarquia de valor justo (com exceção de títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;
- Garantias financeiras prestadas;
- Compromissos de crédito e créditos a liberar.

A mensuração da provisão considera como base de cálculo o valor contábil bruto dos ativos financeiros.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

O Banco classifica seus instrumentos financeiros em três estágios, conforme descrito a seguir:

Primeiro estágio: quando os instrumentos financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o risco de crédito diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento.

Notas Explicativas

Segundo estágio: quando um instrumento financeiro demonstra um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas o risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Terceiro estágio: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

d. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

f. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por

Notas Explicativas

obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

g. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

h. Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*")

Uma perda é reconhecida caso existem evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

Notas Explicativas

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras Intermediárias porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas Explicativas

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

j. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

l. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

Notas Explicativas

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

m. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

n. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.09.2025
Disponibilidades	260.634
Caixa	241.112
Disponibilidades em moeda estrangeira	19.522
Total	260.634

O montante de R\$ 260.634 em 30 de setembro de 2025 refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de

Notas Explicativas

mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.09.2025
Aplicações - Mercado Aberto	549.983
Posição bancada	549.983
Letras financeiras do tesouro	249.983
Letras do tesouro nacional	30.000
Notas do tesouro nacional	270.000
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	132.762
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	132.791
Perda esperada associada ao risco de crédito	(29)
Total	682.745

A posição bancada representa os Títulos Públicos comprados pelo Banpará nas operações compromissadas (CRV), os quais são revendidos obrigatoriamente no dia seguinte. Com base nesse entendimento, o Banpará em 30 de setembro de 2025 executou perante contraparte compra com revenda (doação de recurso no mercado financeiro), recebendo como lastro NTN.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Posição bancada	29.099	43.863
Depósitos interfinanceiros	4.482	19.818
Total	33.581	63.681

As receitas provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez decorrem de operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. A redução observada nessas receitas é atribuída à diminuição do excedente de caixa, à realocação de recurso para ativos com maior rentabilidade e à menor volume de recurso para aplicação em Depósito Interfinanceiro vinculado ao cumprimento da exigibilidade de direcionamento do recurso obrigatório no âmbito do crédito rural.

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários

a. Classificação por tipo de papel

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Títulos	30.09.2025		
	Custo	Outros resultados abrangentes	Valor Justo
Livres	109.049	(195)	108.854
Letras do tesouro Nacional	8.075	(195)	7.880
Cotas de fundos de investimento em participações (a) (b)	100.974	-	100.974
Não circulante	109.049	(195)	108.854

(a) Foram designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes no início de vigência da Res. nº 4.966/21.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Ativos financeiros a custo amortizado

Títulos	30.09.2025		
	Custo	Perda Esperada	Custo Amortizado
Livres	1.457.403	-	1.457.403
Letras Financeiras do Tesouro	1.437.528	-	1.437.528
CVS	19.805	-	19.805
Bladex	70	-	70
Vinculados a operações compromissadas	1.291	-	1.291
Letras Financeiras do Tesouro	1.291	-	1.291
Vinculados ao Banco Central	98.979	-	98.979
Letras Financeiras do Tesouro	98.979	-	98.979
Total	1.557.673	-	1.557.673
Circulante	314.217	-	314.217
Não circulante	1.243.456	-	1.243.456

Notas Explicativas

(c) Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pelo Tesouro Nacional como parte da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, provenientes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Estes títulos são classificados pelo método do custo amortizado, ou seja, são mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Títulos	30.09.2025		
	Custo	Ajuste de Valor Justo	Valor de Referência
Livres	152	-	152
Contratos de Câmbio - Venda de moeda estrangeira	152	-	152
Não circulante	152	-	152

(d) O Banpará realiza operações de câmbio de venda de moeda estrangeira com seus clientes. Esses contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos.

b. Classificação dos títulos classificados como custo amortizado por vencimento

Títulos	Sem vencimento	Circulante		Não Circulante			30.09.2025	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Custo	Valor Justo
Custo Amortizado	70	-	314.217	576.040	667.346	-	1.557.673	1.557.673
Títulos públicos	-	-	314.217	556.235	667.346	-	1.537.798	1.537.798
Letras financeiras tesouro	-	-	314.217	556.235	667.346	-	1.537.798	1.537.798
Títulos públicos	-	-	-	19.805	-	-	19.805	19.805
CVS	-	-	-	19.805	-	-	19.805	19.805
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior (Sem vencimento)	70	-	-	-	-	-	70	70
Bladex	70	-	-	-	-	-	70	70
Total em 30.09.2025	70	-	314.217	576.040	667.346	-	1.557.673	1.557.673

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Resultado de títulos de renda fixa	62.439	167.710
Resultado de títulos de renda variável	73	3.018
Resultado de renda de títulos e valores mobiliários no exterior	35	80
Total	62.547	170.808

Notas Explicativas

6. Relações Interfinanceiras

Contas	30.09.2025
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	6.627
Reserva em espécie - Conta de pagamento instantâneo	53.053
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	115.261
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (b)	394.342
SFH – Créditos junto ao FCVS (c)	52.184
Total	621.467
Circulante	569.283
Não circulante	52.184

(a) A reserva em espécie – Conta de pagamento instantâneo a partir da Res 4.966/21 foi desmembrado da conta de reservas compulsório em espécie – BACEN.

(b) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(c) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 52.184 em 30 de setembro de 2025. Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	30.09.2025
Operações de crédito	15.430.662
Empréstimos e Títulos descontados	13.633.728
Financiamentos	239.713
Financiamentos rurais e agroindustriais	124.274
Financiamentos imobiliários	1.432.947
Outras Rubricas	212.050
Valores a receber relativos a transação de pagamento	140.891
Operações de câmbio	71.159
Total da carteira de crédito	15.642.712
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(533.533)
Provisão constituída	(532.472)
Outros Créditos	(1.061)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	15.109.179
Circulante	1.422.282
Não circulante	13.686.897

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.09.2025
Pessoa física	14.771.996
Consignados	11.168.317
Banparacard	1.241.440
Cheque especial	13.711
Cartão de crédito	224.468
Sazonais	191.244
Imobiliário	1.240.281
Outros	692.535
Pessoa jurídica	870.717
Cheque empresarial	3.694
Capital de giro	412.885
Imobiliário	194.108
Câmbio	71.159
Outros	188.871
Total	15.642.713

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	30.09.2025
Parcelas vincendas	14.939.832	199.376	262.994	15.402.202
Até 30 dias	519.270	12.091	17.182	548.543
31 a 90 dias	760.907	14.679	16.782	792.368
91 a 180 dias	1.075.760	18.544	27.317	1.121.621
181 a 360 dias	1.825.476	30.555	36.305	1.892.336
Acima de 360 dias	10.758.419	123.507	165.408	11.047.334
Parcelas vencidas	27.708	30.129	182.675	240.511
Até 30 dias	27.654	6.396	6.640	40.690
31 a 90 dias	54	23.733	28.603	52.390
91 a 180 dias	-	-	77.553	77.553
181 a 360 dias	-	-	69.866	69.866
Acima de 360 dias	-	-	12	12
30.06.2025	14.967.540	229.505	445.668	15.642.713

d. Por setores de atividade

Setores	30.09.2025	
	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	13.206.268	84,43
Varejo - Pessoas Jurídicas	363.205	2,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	124.274	0,80
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	443.418	2,83
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.434.389	9,17
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	71.159	0,45
Total	15.642.713	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.09.2025	
	Valor	%
Principal devedor	54.546	0,35
10 seguintes maiores devedores	272.206	1,74
20 seguintes maiores devedores	238.253	1,52
50 seguintes maiores devedores	174.825	1,12
100 seguintes maiores devedores	142.877	0,91
Demais devedores	14.760.006	94,36
Total	15.642.713	100,00

Notas Explicativas

f. Realocação entre estágios pela perda esperada

Carteira de Crédito - Consolidado

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.711.667	(209.012)	1.343.123	13.845.778
Financiamentos	243.142	(2.861)	(569)	239.712
Financiamentos rurais e agroindustriais	147.174	(41.078)	18.178	124.274
Financiamentos imobiliários	1.180.865	(3.937)	256.021	1.432.949
Total	14.282.848	(256.888)	1.616.753	15.642.713

Carteira de Crédito - Estágio 1

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	12.218.510	-	1.052.561	13.271.071
Financiamentos	228.289	-	(6.462)	221.827
Financiamentos rurais e agroindustriais	87.024	-	(11.474)	75.550
Financiamentos imobiliários	1.157.394	-	241.698	1.399.092
Total	13.691.217	-	1.276.323	14.967.540

Carteira de Crédito - Estágio 2

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	186.687	-	3.812	190.499
Financiamentos	9.927	-	(7.505)	2.422
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.896	-	14.124	17.020
Financiamentos imobiliários	14.053	-	5.511	19.564
Total	213.562		15.942	229.505

Carteira de Crédito - Estágio 3

Operações de crédito	01.01.2025	Baixa	Aquisição/ (Liquidação)	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	306.470	(209.012)	286.750	384.208
Financiamentos	4.926	(2.862)	13.398	15.462
Financiamentos rurais e agroindustriais	57.254	(41.077)	15.528	31.705
Financiamentos imobiliários	9.418	(3.937)	8.812	14.293
Total	378.071	(256.888)	324.488	445.668

Notas Explicativas

Provisão - Consolidado

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	(Aquisição)/ Liquidação	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	(382.161)	209.012	(257.721)	(430.870)
Financiamentos	(10.505)	2.861	(9.559)	(17.203)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(42.371)	41.077	(37.332)	(38.626)
Financiamentos imobiliários	(38.282)	3.937	(12.490)	(46.835)
Total	(473.319)	256.887	(317.102)	(533.534)

Provisão - Estágio 1

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	(Aquisição)/ Liquidação	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	(170.560)	-	87.298	(83.262)
Financiamentos	(5.872)	-	2.100	(3.772)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.384)	-	550	(1.834)
Financiamentos imobiliários	(30.126)	-	4.287	(25.839)
Total	(208.942)		94.235	(114.707)

Provisão - Estágio 2

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	(Aquisição)/ Liquidação	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	(12.603)	-	(60.341)	(72.944)
Financiamentos	(1.361)	-	(12)	(1.373)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(902)	-	(8.737)	(9.639)
Financiamentos imobiliários	(1.617)	-	(9.494)	(11.111)
Total	(16.483)		(78.584)	(95.067)

Provisão - Estágio 3

Provisão - Operações de Crédito	01.01.2025	Baixa	(Aquisição)/ Liquidação	30.09.2025
Empréstimos e Títulos descontados	(198.998)	209.012	(284.678)	(274.664)
Financiamentos	(3.271)	2.861	(11.647)	(12.057)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(39.086)	41.077	(29.145)	(27.154)
Financiamentos imobiliários	(6.539)	3.937	(7.283)	(9.885)
Total	(247.894)	256.887	(332.753)	(323.760)

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Contas	01.01 até 30.09.2025
Saldo no início do período	(470.027)
Ajustes da Res. 4.966/21	1.140
Provisões constituídas	(2.166.099)
Reversões de provisões	1.849.192
Valores baixados ou compensados com créditos	253.322
Saldo final do período	(532.472)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.483)
Ajustes da Res. 4.966/21	(1.355)
Provisões constituídas	(10.259)
Reversões de provisões	14.558
Valores baixados ou compensados com créditos	(522)
Outros créditos - Saldo no final do período	(1.061)
Saldo final do período	(533.533)

7.3. Movimentação da carteira reestruturada

Contas	30.09.2025
Saldo no início do período	279.759
Renegociação	72.488
Recebimentos	(82.347)
Baixas	(28.257)
Saldo final do período	241.643
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(27.628)
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	11,43%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Adiantamento a depositante	20	94
Empréstimo	810.913	2.318.093
Financiamentos	6.654	17.114
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	18.550	50.036
Financiamentos rurais	4.274	15.419
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	37.164	103.966
Total	877.575	2.504.722

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	30.09.2025
Ativos Financeiros	342.477
Carteira de câmbio (a)	71.159
Créditos a receber	4.834
Devedores por depósitos em garantia (b)	122.817
Título e crédito a receber sem característica de concessão (e)	2.776
Valores a receber a título de transações de pagamento (a) (c)	140.891
Outros Ativos	377.886
Adiantamento e antecipações salariais	21.422
Adiantamento para pagamento	41.946
Imposto e contribuições a compensar	184.523
Pagamentos a ressarcir	2.692
Devedores diversos – País (d)	127.303
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(3.267)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(1.061)
Sem característica de concessão de crédito (e)	(2.206)
Circulante	717.096

(a) Ativos financeiros ao valor justo.

(b) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(c) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 140.891 em 30 de setembro de 2025 e estão assim distribuídos:

Contas	30.09.2025
BANPARÁ Mastercard	140.891
Valores a faturar	22.496
Faturados a receber	46.914
Parcelado lojista a agendar bandeira	71.481
Total	140.891

(d) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 127.303 em 30 de setembro de 2025, registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(e) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 2.206 em 30 de setembro de 2025, conforme demonstrativo abaixo:

Notas Explicativas

Contas	30.09.2025
Saldo no início do período	(7.999)
Provisões constituídas	(3.831)
Reversões de provisões	9.624
Saldo final do período	(2.206)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	41.294	59.074	27.428	10.726	123.082	15.192	171	276.967
Depreciação acumulada	-	(38.835)	(19.319)	(7.972)	(108.677)	(10.087)	(171)	(185.061)
Líquido 01.01.2025	41.294	20.239	8.109	2.754	14.405	5.105	-	91.906
Aquisições	35.257	-	2.654	-	1.266	541	-	39.718
Baixas custo	-	-	(15)	(1)	(43)	(16)	-	(75)
Baixas depreciação	-	-	12	-	43	12	-	67
Depreciação	-	(506)	(1.340)	(559)	(3.751)	(781)	-	(6.937)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	35.257	(506)	1.311	(560)	(2.485)	(244)	-	32.773
Custo	76.551	59.074	30.067	10.725	124.305	15.717	171	316.610
Depreciação acumulada	-	(39.341)	(20.647)	(8.531)	(112.385)	(10.856)	(171)	(191.931)
Líquido 30.09.2025	76.551	19.733	9.420	2.194	11.920	4.861	-	124.679

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Até 30 de setembro de 2025 o Banco investiu o valor de R\$ 35.257 em um data center que se encontra em construção, valor registrado em imobilizado em curso.

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	242.585	38.015	3.000	13.854	297.454
Amortização acumulada	(106.063)	-	(2.625)	(19)	(108.707)
Líquido 01.01.2025	136.522	38.015	375	13.835	188.747
Aquisições	35.465	10.979	3.000	1.846	51.290
Baixas custo	(47.390)	-	-	-	(47.390)
Baixas amortização	47.390	-	-	-	47.390
Amortização	(35.278)	-	(375)	-	(35.653)
Transferências	15.045	(15.045)	-	-	-
Movimentação líquida	15.232	(4.066)	2.625	1.846	15.637
Custo	245.705	33.949	6.000	15.700	301.354
Amortização acumulada	(93.951)	-	(3.000)	(19)	(96.970)
Líquido 30.09.2025	151.754	33.949	3.000	15.681	204.384

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 30 de setembro de 2025, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Contas	30.09.2025
Circulante	10.313.658
Depósitos à vista	1.023.305
Depósitos do público	374.170
Depósitos de instituições financeiras	402
Depósitos vinculados	7.524
Depósitos de governo	641.209
Depósitos a prazo	7.166.872
Depósitos de poupança	1.989.339
Depósitos interfinanceiros	134.142
Não circulante	3.469.652
Depósitos a prazo	3.469.562
Total	13.783.310

O Banco mantém com o Banco Cooperativo SICOOB S.A. – SICOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.2025
Sem vencimento	1.023.305	1.192	-	1.989.339	3.013.836
Até 30 dias	-	165.579	-	-	165.579
De 31 a 60 dias	-	444.414	-	-	444.414
De 61 a 90 dias	-	665.080	-	-	665.080
De 91 a 180 dias	-	970.876	-	-	970.876
De 181 a 360 dias	-	4.919.731	-	-	4.919.731
Acima de 360 dias	-	3.469.652	134.142	-	3.603.794
Total	1.023.305	10.636.524	134.142	1.989.339	13.783.310

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.09.2025
Sociedades ligadas	537.922	5.287.933	-	-	5.825.855
Pessoas físicas	265.556	1.360.061	-	1.935.081	3.560.698
Invest. institucionais	-	2.030	-	-	2.030
Instituição financeira	402	280.595	-	-	280.997
Pessoas jurídicas	111.421	2.557.306	-	54.258	2.722.985
Governo municipal	103.617	1.148.599	-	-	1.252.216
Outros	4.387	-	134.142	-	138.529
Total	1.023.305	10.636.524	134.142	1.989.339	13.783.310

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	30.09.2025
Recompras a liquidar - Carteira própria	1.291
Total	1.291

e. Despesas de captação

	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Depósitos de poupança	(38.057)	(110.164)
Depósitos interfinanceiros	(8.383)	(34.937)
Depósitos a prazo	(320.232)	(796.720)
Depósitos judiciais	(1)	(3)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(11.063)	(59.317)
Letras financeiras	(64.889)	(139.856)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(4.322)	(12.383)
Total	(446.947)	(1.153.380)

O aumento das despesas de captação entre os anos comparados é devido ao crescimento das despesas médias dos depósitos remunerados, os quais foram influenciados pelos constantes aumentos da taxa básica de juros (SELIC).

Notas Explicativas

11. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$ 151.795 em 30 de setembro de 2025 refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

	30.09.2025
Transação de pagamento	151.795
Total	151.795

12. Emissão de Títulos

	30.09.2025
Circulante	690.900
Recursos de letras financeiras	690.900
Não circulante	1.836.575
Recursos de letras financeiras	1.836.575
Total	2.527.475

O montante de R\$ 2.527.475 em 30 de setembro de 2025 refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos. Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30.09.2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses	
No exterior	67.624
No país	243.918
Total	311.542

O montante de R\$ 311.542 em 30 de setembro de 2025 refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

As captações no exterior se referem às captações (*funding*) realizadas pelo Banco, com o objetivo de custear a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio Externo (ACE), oferecidos pela mesa primária às empresas que atendem aos requisitos para este tipo de crédito. A captação foi realizada a taxas médias de 7,0375% a.a. e com prazos variando entre 358 e 717 dias corridos, conforme os contratos estabelecidos. As captações no país

Notas Explicativas

se referem a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo "Provisões":

Contas	30.09.2025
Circulante	230.500
Provisão com pessoal	140.144
Provisão com PLR	2.118
Provisão para outras despesas administrativas	41.104
Passivo para risco – Trabalhista	10.851
Passivo para risco – Cível	26.946
Passivo para risco – Tributária	5.436
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	22
Outros	3.879
Não circulante	22.035
Passivo para risco – Trabalhista*	15.242
Passivo para risco – Cível*	6.793
Total	252.535

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	30.09.2025
Circulante	310.035
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	48.741
Sociais e estatutárias	220
Fiscais e previdenciárias	42.888
Obrigações por convênios	10.848
Obrigações por prestação de serviços	120.992
Credores por recursos a liberar	29.587
Credores diversos – País (a)	16.486
Obrigações por transações de pagamento	1
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	70
Valores a pagar em moeda estrangeira	21.583
Recursos do FGTS para amortização	685
Passivo Atuarial (b)	17.234
Outras obrigações	700
Total	310.035

(a) O montante de credores diversos composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 16.486 em 30 de setembro de 2025.

Notas Explicativas

(b) Refere-se principalmente às obrigações do patrocinador sobre o déficit apurado na avaliação atuarial sobre o plano de saúde oferecido a empregados e ex-empregados do Banpará (Nota 19.2).

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 26.903 em 30 de setembro de 2025.

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua classificação são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 59.830 em 30 de setembro de 2025 e as principais naturezas das ações são principalmente movidas por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos

Notas Explicativas

e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de setembro de 2025 é R\$ 33.739.

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua classificação são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 192.821 em 30 de setembro de 2025 e as principais naturezas das ações são principalmente movidas por clientes solicitando indenização material e/ou moral acerca da prestação de serviços bancários.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de setembro de 2025 é R\$ 5.436.

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua classificação, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 27.382 em 30 de setembro de 2025 e as principais naturezas das ações são advindas de discursões referente a tributos e contribuições.

Movimentação das provisões judiciais

Descrição/Período	30.09.2025		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	28.648	24.959	10.119
Atualização monetária	3.035	4.884	395
Constituições	630	6.240	-
Reversões	(4.571)	(824)	(5.078)
Pagamentos	(1.649)	(1.519)	-
No final do período	26.093	33.739	5.436
Dep. Judiciais	36.390	24.080	62.092

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	10.851	26.946	5.436	43.233
De 1 a 5 anos	15.242	6.793	-	22.035
Total	26.093	33.739	5.436	65.268

Notas Explicativas

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.09.2025	
	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008
Administradores	17	0,000
Demais Acionistas	1.444	0,015
Total	9.521.649	100,000

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.450	2.199	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

Notas Explicativas

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

De acordo com a Política de Dividendos do Banpará, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo máximo, 40% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, no entanto durante o 1º Semestre de 2025 não foram distribuídos valores a título de juros sobre capital próprio.

Para o pagamento de juros sobre o capital próprio o Conselho de Administração aprovou a proposta relativo ao 1º trimestre de 2025 no montante de R\$ 41.910 (R\$ 4,40 por ação) em 15 de setembro de 2025, pagos em 30 de setembro de 2025. O pagamento que foi realizado gerou a título de economia tributária o valor de R\$ 18.859.

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

Risco de crédito:

Risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações pela contraparte, deterioração da qualidade creditícia, reestruturações ou custos de recuperação de ativos problemáticos.

Na concessão, o Banpará avalia informações internas e externas considerando situação econômico-financeira, endividamento, capacidade de geração de caixa e resultados, gestão e controles, histórico de pagamentos, garantias, setor de atuação e demais fatores de risco.

As provisões de perda esperada são mensuradas mensalmente por modelos quantitativos, conforme normas vigentes, para toda a carteira elegível, com base nos seguintes componentes:

Notas Explicativas

- PD (Probability of Default): probabilidade de inadimplência no horizonte definido.
- EAD (Exposure at Default): valor estimado da exposição na data da inadimplência.
- LGD (Loss Given Default): percentual da perda caso ocorra inadimplência, após recuperações e garantias.
- Taxa de desconto: aplicada aos fluxos futuros para cálculo do valor presente.
- CCF (Credit Conversion Fator): fator de conversão de limites em exposição de crédito.

As perdas são estimadas pelo prazo contratual, salvo quando houver direito de liquidação antecipada.

A classificação por estágio segue critérios históricos da carteira:

- Estágio 1: ativos sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2: ativos em que o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.
- Estágio 3: ativo problemático com atraso superior a 90 dias ou evidência de incapacidade de cumprir as condições contratadas. Neste estágio, o PD é 100%, cessam apropriações de receita e incluem-se eventuais recuperações de prejuízos.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual,

O Banco admite a realocação para o primeiro estágio após mediante período de histórico regular de pagamentos e ausência de novos eventos de inadimplência.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para

Notas Explicativas

trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 05 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é avaliar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma

Notas Explicativas

prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;

- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária por meio do IRRBB.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o Índice de Nível I e 4,50% para o Índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Abaixo a tabela (valores em mil) resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) em:

Notas Explicativas

Índice de Basileia	30.09.2025
Patrimônio de Referência - PR	2.223.391
Nível I	2.017.772
Capital principal	2.017.772
Capital social	1.881.601
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	227.191
Sobras ou Lucros Acumulados	84.975
Contas de Resultado Credoras	1.349.243
Contas de Resultado Devedoras*	(1.324.770)
Ajustes prudenciais*	(204.384)
Ajustes Negativo Decorrente da Constituição de Perda Esperada	227
Nível II	205.619
Ativos ponderados pelo risco - RWA	13.883.782
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	12.071.864
Exposição ao risco de mercado - RWAMPAD	11.808
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	9.054
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	2.752
Exposição ao risco de variação qualidade creditícia contraparte RWACVA	2
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	1.800.110
IRRBB	294.103
Valor de margem sobre PR**	471.490
Índice de Basileia Banpará - IB	16,01%

* Os saldos das Contas de Resultado Devedoras, Ajustes Prudenciais (At. Intangível) e Perdas não Realizadas - De ajustes de Avaliação Patrimonial exceto Hedge de Fluxo de Caixa reduzem o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação (conta 953 do DLO).

Análise de resultado de capital no período

Em 30 de setembro de 2025, o PR encerrou o 3º trimestre com R\$ 2.223.391, apresentando um aumento de 15,95%, impulsionado pelo resultado líquido do período e, principalmente, da emissão de Letras Financeiras Subordinadas de Nível II, que acrescentaram R\$ 205.619 mil ao PR, fortalecendo a estrutura de capital da Instituição.

O montante da parcela de RWA, em 30 de setembro de 2025, totalizou R\$ 13.883.782 mil, crescendo 9,23%, quando comparado com dezembro de 2024. O aumento foi em decorrência do crescimento das parcelas RWACPAD em 8,62% e RWAOPAD em 14,47%, esta última, é decorrente da mudança de metodologia de cálculo indicada pela Resolução BCB nº 356/2023, que passou a vigorar partir da data-base de 30 de janeiro de 2025.

Notas Explicativas

O IB registrado foi de 16,01%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, apresentando um crescimento de 0,92 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2024.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (Interest Rate Risk of Banking Book), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 30 de setembro de 2025, verificou-se uma redução de alocação de capital de 16,67%. Nesse contexto, o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 471.490, alocando capital suficiente para cobrir o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Notas Explicativas

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar os instrumentos que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança.

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação	
Fator de Risco	30.09.2025
	Valor Exposto*
PRÉ	7.894
USD	(1.379)
Euro	1.260
Total	7.775

*Valor Exposto em mil: Ativo - Passivo

A exposição ao risco prefixado é atribuída a posse de títulos do tesouro nacional pré-fixados classificados na carteira de negociação. A exposição cambial advém dos saldos das moedas estrangeiras, dólar e euro, mantidas em espécie e de parte dos empréstimos em dólar que não estão *hedged*.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

Notas Explicativas

Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do quarto trimestre de 2025, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 30/09/2025. Nesta data, a expectativa do mercado era de manutenção da taxa Selic em 15%.
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,45 no fechamento do quarto trimestre de 2025.
- Para o euro, utilizando a correlação da cotação em reais do par USD/EUR no intervalo de um ano (0,859), a cotação esperada é de R\$ 6,37.

Cenário Possível:

- Considerando o histórico taxa Selic Meta nos últimos 2 anos, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -217 bps e +317 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (+317 pontos base).
- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -8,75% e +11,83%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (+11,83%).
- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -4,84% e +10,22%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-4,84%).

Os cenários utilizados para as análises acima estão em conformidade com a Resolução CVM nº 121/2022.

Cenários	Fatores de risco			Variações na Posição	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	3º Tri 2025	3º Tri 2025	3º Tri 2025	2º Tri 2025	% PR
Provável	-	(34)	26	(8)	0,0004%
Possível	(360)	(20)	(37)	(597)	-0,03%

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, devido principalmente ao saldo exposto a flutuação cambial representar apenas 0,63% do total do PR do Banco.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações, utiliza estratégias e processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) que possam ser prontamente convertidos em caixa quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro, moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez, possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

No 3º trimestre de 2025, os estoques de ativos de alta liquidez do Banpará permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas.

Notas Explicativas

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes, bem como, o tipo de recurso direcionado a operação para a carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

Notas Explicativas

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014 e nº 26/2023, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a área de risco, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das classificações geradas na concessão de crédito das operações com as maiores exposições ao RSAC pelas agências de relacionamento.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

Notas Explicativas

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente à parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(3.165)	(217.891)	(221.056)
Ativo justo	4.802	217.891	222.693
(Déficit) / Superávit	1.637	-	1.637

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	59	3.051	3.110
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	59	3.051	3.110

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 31 de maio de 2025, utilizada nesta Avaliação Atuarial.

Notas Explicativas

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS	
	30.09.2025
Posição dos dados	Mai-25
Elegibilidade	Primeira Elegibilidade
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar	
Crescimento real de salários	1,50%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	7,05%
Taxa de Inflação projetada*	3,81%
Taxa anual de juros	11,13%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	11,13%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 30 de setembro de 2025, auferindo a Taxa Real de Juros em 7,05% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	30.09.2025
Participantes ativos – com obrigação atuarial	
Quantidade	1.546
Idade média (anos)	46
Salário médio	14

Notas Explicativas

Movimentação no valor do passivo

Descrição	30.09.2025
Passivo/Ativo reconhecido no início do período	-
Despesas do período (DRE)	139
Outros resultados abrangentes (ORA)	(81)
Contribuição do Patrocinador (CAIXA)	(58)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	30.09.2025
Valor presente no início do exercício	2.959
Custo do serviço corrente	188
Custo de juros	195
Contribuição dos participantes do plano	-
Benefícios pagos	(224)
Perdas (ganhos) atuariais	48
Mudança de premissas (financeiras)	55
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-
Ajuste de experiência	(7)
Valor presente no final do exercício	3.166

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	30.09.2025
Valor justo dos ativos no início do exercício	(5.138)
Benefícios pagos	224
Contribuições de participante	(56)
Contribuições do empregador	(59)
Rendimento esperado dos ativos	(293)
Rendimento efetivo dos ativos	-
Impacto de redução/liquidação	-
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(519)
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(5.841)

Impacto em outros resultados abrangentes (ORA)

Descrição	30.09.2025
Ganhos/(perdas) sobre ativo justo	(519)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	(48)
Ganhos/(perdas) sobre obrigação atuarial	648
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	81

Notas Explicativas

Impacto no resultado

Descrição	30.09.2025
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(139)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(188)
Rendimento esperado dos ativos	293
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(105)
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(139)

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	30.09.2025
Saldo do início do exercício	(467)
Ganhos (Perdas) atuariais	81
Saldo no final do exercício	(386)

Ativos do plano de benefícios

Ativo	30.09.2025
Disponível	0,71%
Realizável	0,65%
Títulos Públicos	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%
Fundos de Investimentos	98,64%
Operações com Participantes	0,00%
Imóveis	0,00%
Total dos investimentos	100,00%

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	48	-1,53%
Redução de 0,25% a.a.	(50)	1,58%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(117)	3,71%
Redução de 1 ano	104	-3,29%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	49	1,53%
Redução de 0,25% a.a.	(47)	-1,49%

Notas Explicativas

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	483
De 1 a 2 anos	468
De 2 a 5 anos	1.353
Superior a 5 Anos	10.159
Total	12.463

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O Plano de Saúde é custeado por contribuição média de cada beneficiário, independente da faixa-etária, que para fins de cálculo foi considerado o valor de R\$ 396,76 reajustado sempre fevereiro de cada ano, com base na sinistralidade de ambas as carteiras.

Os empregados que aderirem ao Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial autorizam a realização de desconto em contracheque de percentual incidente sobre a remuneração observados os seguintes percentuais:

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O BANPARA é responsável pelo pagamento da diferença cobrada em face das mensalidades e o desconto realizado aos participantes empregados. Os ex-empregados pagam integralmente as mensalidades cobradas pela UNIMED.

Notas Explicativas

Considerando a permanência dos ex-empregados na mesma carteira, fica caracterizado o custo indireto a ser custeado pelo BANPARA e os atuais empregados, uma vez que o custo dos ex-empregados (idade elevada) é superior a mensalidade cobrada, sendo rateada entre todos.

Na data base desta Avaliação Atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

Descrição	30.09.2025
Empregados	
Quantidade	2.411
Idade média (anos)	44
Tempo de serviço (anos)	13
Ex-empregados	
Quantidade	87
Idade média (anos)	72
Dependentes (Ex-empregados)	
Quantidade	60
Idade média (anos)	58

Reconhecimento no passivo

Descrição	30.09.2025
Passivo/(Ativo) reconhecido no início do período	13.275
Despesa do período (DRE)	1.157
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	2.822
Contribuições do Patrocinador (CAIXA)	(19)
Passivo/(Ativo) reconhecido no final do período	17.235

Premissas atuárias

HIPÓTESES E PREMISSAS	
Descrição	30.09.2025
Posição dos dados	Mai-25
Elegibilidade	70 anos (ACT)
Regime Financeiro	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado – PUC
Composição familiar	60% com dependente vitalício; Homem 3 anos mais velho que a mulher
Taxa de rotatividade	0,075/(TS+1)
Taxa real anual de juros	6,97%
Taxa de Inflação projetada	4,89%
Taxa anual de juros	12,20%
Aging Factor	1,57%
HCCTR	6,00%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F

Notas Explicativas

Movimentação da obrigação atuarial

Descrição	30.09.2025
Valor da Obrigação Atuarial no início do exercício	13.275
Benefícios pagos	(19)
Custo do serviço corrente líquido	350
Custo de Serviço Passado	-
Custo dos juros líquidos	807
Efeito do Compartilhamento de risco	-
Contribuições do Patrocinador	-
Contribuições dos Ex-empregados	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	2.822
Valor da Obrigação Atuarial ao final do exercício	17.235

Reconhecimento em outros resultados abrangentes

Descrição	30.09.2025
(Ganhos)/Perdas sobre o Ativo Justo	-
(Ganhos)/Perdas sobre a Obrigação Atuarial	2.822
- (Ganhos)/Perdas decorrentes da Experiência	1.401
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança biométricas	-
- (Ganhos)/Perdas decorrentes de mudança financeira	1.421
Total a ser reconhecido	2.822

Reconhecimento no patrimônio líquido

Descrição	30.09.2025
Custo do Serviço Corrente Líquido	350
- Custo do Serviço Corrente	644
- Contribuição do Participante	(294)
Custo de Juros Líquidos	807
- Custo de Juros da Obrigação	1.484
- Receita de Juros dos Ativos	-
- Juros sobre o Compartilhamento	(677)
Total a ser reconhecido	1.157

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	984	-5,71%
Redução de 0,25% a.a.	(1.069)	6,20%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	1.518	-8,81%
Redução de 1 ano	(1.622)	9,41%
Aging Factor		
Aumento de 0,25% a.a.	3.480	20,19%
Redução de 0,25% a.a.	(3.373)	-19,57%

Fluxo esperado de pagamento de benefício pós emprego – Parte BD	
Até 1 ano	104
De 1 a 2 anos	288
De 2 a 5 anos	1.555
Superior a 5 Anos	307.418
Total	309.365

Reconhecimento no patrimônio líquido projetado

Descrição	31.12.2025	30.06.2025	31.12.2024
Custo do Serviço Corrente Líquido	359	350	172
- Custo do Serviço Corrente	359	350	172
- Contribuição do Participante	-	-	-
Custo de Juros Líquidos	1.101	807	445
- Custo de Juros da Obrigação	1.101	807	445
- Receita de Juros dos Ativos	-	-	-
- Juros sobre o Compartilhamento	-	-	-
Total a ser reconhecido	1.460	1.157	617

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

Notas Explicativas

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.09.2025
Estado do Pará	5.825.855
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	537.922
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.287.933
ICATU FMP	162
Depósitos à vista	162

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Remuneração	1.014	2.795
Pessoal chave da administração	659	1.719
Outras partes relacionadas	355	1.076
Participação nos lucros e resultados	282	528
Pessoal chave da administração	282	528

O Banco não oferece benefícios pós-emprego à pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Notas Explicativas

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	30.09.2025
Pessoal chave da administração	1.773
Outras partes relacionadas	2.803
Total	4.576

Em 30 de setembro de 2025 o Banco possui o valor total era de R\$ 4.576 em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 30 de setembro de 2025, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 259.931.

Notas Explicativas

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	3º Tri 2025		01.01 até 30.09.2025	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participação	111.215	143.267	276.734	278.390
Participação no Lucro	(8.650)	(8.650)	(30.679)	(30.678)
Juros sobre capital próprio	41.909	41.909	41.909	41.909
Resultado antes da tributação	144.474	86.000	287.964	289.621
Adições (exclusões)	(236.830)	(264.216)	14.580	(981)
Base de cálculo	(92.356)	(178.216)	302.544	288.640
Alíquota normal (15% e 20%)	(18.471)	(13.153)	60.509	43.296
Adicional do imposto de renda (10%)	-	(8.775)	-	28.846
IR e CSLL devidos	(18.471)	(21.928)	60.509	72.142
Programa de alimentação ao trabalhador	-	-	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Prorrogação da licença maternidade	-	149	-	(618)
IR e CSLL Estimativa s/Receita Bruta	27.043	16.678	-	-
IR e CSLL a Pagar	8.572	(5.101)	60.509	71.524

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% incidente sobre o lucro excedente a R\$ 20.000,00 mensais. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional n° 103 promulgada em novembro de 2019.

a. Impostos Correntes

O Banco a partir de setembro de 2025 voltou a apurar a estimativa mensal de IRPJ e CSLL com base em balancete de suspensão ou redução em conformidade com a IN RFB n° 1.700/2017.

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei n° 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Notas Explicativas

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O tratamento tributário das perdas incorridas no recebimento de créditos era exclusivamente regulamentado pela Lei nº 9.430/96. Sob esse regime, as perdas de todas as pessoas jurídicas, incluindo as instituições financeiras, eram tratadas de forma indistinta, gerando um significativo descasamento entre o tratamento contábil, regido pela Resolução 2.682, e o tratamento tributário. Esse desalinhamento resultava em um expressivo volume de ativos fiscais diferidos, autuações frequentes e altos custos de conformidade.

Com a edição da Resolução CMN nº 4.966/2021 e, posteriormente, da Resolução BCB nº 352/2023, além da Lei nº 14.467/2022, houve uma reformulação no tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, buscando maior convergência com padrões internacionais e as recomendações de Basileia III.

Essas normas introduzem um regime específico que permite a dedução progressiva das perdas incorridas, com base em critérios como inadimplência de 90 dias e os fatores de provisionamento A e B, estabelecidos pela Lei nº 14.467/2022.

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 385.058 mil relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, marcação a mercado e benef. pós emprego, ativadas de 2014 a setembro de 2025, sendo o total decorrente da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL.

Notas Explicativas

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é realizada com base na dedução fiscal no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social conforme os critérios estabelecidos pela Lei 14.467/2022 que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação até 30 de setembro de 2025:

Créditos tributários	01.01.2025	30.09.2025		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	192.797	87.772	(66.648)	213.921
Diferença temporária - CSLL	154.238	70.217	(53.318)	171.137
Total	347.035	157.989	(119.966)	385.058

Em 30 de setembro de 2025, o Banco possui ativado o montante de R\$ 385.058 de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados, benefício pós emprego e Aplicação Liquidez e TVM.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem pelo CMN.

Notas Explicativas

Créditos tributários	01.01.2025	30.09.2025		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	299.562	142.608	(105.194)	336.976
Diferença Temporária - Trabalhista	12.892	1.617	(2.767)	11.742
Diferença Temporária - Prov. outros créditos	5.177	1.227	(4.299)	2.105
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	11.472	6.104	(6.368)	11.208
Diferença Temporária - Prov. Cíveis - IR	11.231	4.865	(914)	15.182
Diferença Temporária - Marcação de Mercado	-	178	(89)	89
Diferença Temporária - Desv. cred. vinculado	229	-	(228)	1
Diferença Temporária - Benefício pós-emprego	6.472	1.283	-	7.755
Diferença Temporária - Aplic de Liquidez e TVM	-	107	(107)	-
Total	347.035	157.989	(119.966)	385.058

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos, provisões judiciais trabalhistas, provisão licença prêmio, provisão ações cíveis, desvalorização de créditos vinculados, benefício pós emprego e Aplicação Liquidez e TVM.

Projeção de realização	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2034	Total
Crédito tributário de I.R	(34.655)	(31.874)	(28.879)	(25.884)	(22.890)	(69.739)	(213.921)
Crédito tributário de C. social	(27.724)	(25.499)	(23.103)	(20.708)	(18.312)	(55.791)	(171.137)
Total dos créditos	(62.379)	(57.373)	(51.982)	(46.592)	(41.202)	(125.530)	(385.058)
Taxa média de captação a.a. (%)	7,07	13,98	(21,30)	(29,09)	(37,44)	(88,71)	
Valor presente do crédito tributário	(58.260)	(50.337)	(42.855)	(36.093)	(29.978)	(77.867)	(295.390)

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de setembro de 2025 totalizavam R\$ 3.654. Em 30 de setembro de 2025, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	01.01.2025		30.09.2025				
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	10.119	4.554	(4.962)	278	-	5.435	2.446
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	11.919	5.364	(4.962)	278	-	7.235	3.256

Notas Explicativas

d. Passivos fiscais diferidos

Em 30 de setembro de 2025 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 9.695 relativos a atualização de depósitos tributários federais.

Circulante	01.01.2025	Constituição	Realização/Baixa	30.09.2025
Ajuste marcação a mercado	699	610	(1.309)	-
Atualização dep. tributários federais	8.348	1.347	-	9.695
Ajuste de aplicação Liquidez e TVM	-	10	-	10
Total	9.047	1.967	(1.309)	9.705

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Recuperação de encargos e despesas	208	516
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	1.027	14.151
Reversão de provisões passivas	1.526	13.144
Atualização de valores ativos	2.117	2.128
Atualização de depósitos judiciais	2.593	6.866
Variação cambial e diferença de taxas	19	11.815
Créditos oriundos de decisões transitadas em julgado	328	984
Outros	665	6.847
Total	8.483	56.451

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

Outras despesas operacionais	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Serviços associados a transações de pagamento	(898)	(2.638)
Desc. concedidos em renegociações	(1.211)	(1.834)
Variação cambial e diferença de taxas	(8)	(246)
Estorno de rendas	(2)	(11)
Provisões passivas	(3.372)	(14.686)
Ações cíveis	(1.072)	(3.451)
Outras ações	(1.052)	(3.427)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(430)	(5.559)
Licença Premio	(6.568)	(13.564)
Outros	(515)	(1.250)
Total	(15.128)	(46.666)

* Provisões de contingências judiciais (cível, trabalhista e tributária).

Notas Explicativas

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Insubstituições passivas	1.245	3.015
Superveniências ativas	2	645
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	149	178
Outras receitas	160	354
Insubstituições ativas	-	(2.451)
Superveniências passivas	(103)	(1.213)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(108)	(391)
Prejuízo na alienação de ativo não financeiro	-	(108)
Erro Sistêmico	(15)	(38)
Outras despesas	(51)	(129)
Total	1.279	(138)

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Rendas por serviços de pagamento	4.613	12.652
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	1.080	3.101
Rendas de cobrança	142	378
Rendas de pacotes de serviços - PF	33.309	93.848
Rendas de serviços diferenciados - PF	576	1.611
Rendas de serviços especiais - PF	555	1.750
Rendas de convênios	934	2.331
Rendas de comissão de seguros e outros	6.705	19.344
Rendas de outros serviços	1.169	3.101
Total	49.083	138.116

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Fornecimento de 2ª via de cartão	-	5
Saque de conta depósito à vista e poupança	750	2.317
Transferência por meio de DOC/TED	455	1.331
Concessão de adiantamento e depositante	164	447
Anuidade cartão de crédito	4.407	12.779
Pacote de serviço	3.161	8.570
Fornecimento de folha de cheque	38	108
Operações de crédito	15	45
Manutenção de conta ativa	234	555
Convênios	2.448	7.838
Outras rendas	144	381
Total	11.816	34.376

Notas Explicativas

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Honorários	(1.014)	(2.795)
Encargos sociais	(46.529)	(132.274)
Benefícios	(41.005)	(110.173)
Proventos	(126.131)	(374.696)
Remuneração de estagiários	(1.019)	(2.634)
Treinamento	(885)	(4.037)
Total	(216.583)	(626.609)

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Água e energia	(4.364)	(12.095)
Aluguéis	(11.218)	(33.507)
Comunicações	(8.570)	(25.257)
Contribuições filantrópicas	(331)	(760)
Manutenção e conservação de bens	(12.795)	(36.249)
Material	(283)	(1.138)
Processamento de dados	(49.166)	(121.050)
Promoções e relações públicas	(8.214)	(17.231)
Propaganda e publicidade	(4.434)	(26.984)
Publicação	(28)	(1.512)
Seguro	(151)	(451)
Serviços do sistema financeiro	(9.038)	(25.489)
Serviços de terceiros	(6.173)	(12.061)
Serviços de vigilância	(24.904)	(69.544)
Serviços técnicos especializados	(2.877)	(10.268)
Transportes	(11.391)	(29.627)
Viagens	(231)	(566)
Multas aplicadas	-	(1.413)
Outras despesas administrativas	(2.054)	(6.501)
Amortização	(11.615)	(35.652)
Depreciação	(2.316)	(6.938)
Total	(170.153)	(474.293)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	3º Tri 2025	01.01 até 30.09.2025
Outras despesas tributárias	(782)	(2.742)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(3.036)	(8.605)
Contribuição ao COFINS	(23.853)	(71.383)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.876)	(11.600)
Total	(31.547)	(94.330)

Notas Explicativas

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 11,68%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 4,81%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 30.09.2025	Cenário provável (11,68%)	Cenário possível - estresse 25% (14,60%)	Cenário remoto - estresse 50% (17,52%)
Títulos e valores mobiliários	1.557.673	(181.936)	(227.420)	(272.904)
Operação - IPCA	Base 30.09.2025	Cenário provável (4,81%)	Cenário possível - estresse 25% (6,01%)	Cenário remoto - estresse 50% (7,22%)
Provisão para contingências	65.289	(3.140)	(3.924)	(4.714)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 26/09/2025.

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 30 de setembro de 2025, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Eventos Subsequentes

O Banco do Estado do Pará até a presente data não registrou nenhum evento subsequente.

Notas Explicativas

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e *Compliance*.

Com o propósito de fortalecer a estrutura de Controles Internos e *Compliance*, o Banco revisou e implementou diversas iniciativas voltadas ao aprimoramento de processos e à melhoria da governança corporativa. Dentre as principais medidas, destacam-se:

- Resultado da Avaliação de Efetividade de PLD: O relatório apresentou uma avaliação da efetividade dos controles voltados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, em conformidade com a regulamentação vigente e as boas práticas de governança. O trabalho considerou análises e testes (quantitativos e qualitativos) realizados com base na Avaliação de Efetividade de PLD-FT (Base 2024), cujos resultados evidenciaram a eficácia de controles específicos associados à prevenção desses riscos.
- Acompanhamento dos resultados da Avaliação de Efetividade (Base 2024): O relatório contemplou a análise das deficiências identificadas, considerando as manifestações da área de PLD, os apontamentos já atendidos e os planos de ação em andamento para os casos ainda em aberto.
- Conclusão do Relatório de Custódia de Valores Mobiliários: O documento apresentou as informações relativas à custódia de valores mobiliários mantidos pelo Banco, em conformidade com a regulamentação e com a autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para prestação de serviços de custódia, abrangendo atividades de guarda, conservação, controle e conciliação desses ativos.
- Preparatório para Certificação FBB 800 – Controles Internos: A iniciativa visou o desenvolvimento de competências e habilidades do corpo funcional, promovendo a capacitação e o aprimoramento dos conhecimentos já existentes na área. Participaram da preparação os 04 analistas que ainda não possuíam a certificação.
- Atualização de procedimentos voltados a Prevenção a Lavagem de Dinheiro: Foram estabelecidos e normatizados procedimentos destinados aos Leiloeiros no manual de normas e procedimentos de conheça seu funcionário, parceiro, fornecedor e prestador de serviços terceirizados.

Notas Explicativas

- Relatório Anual de Conformidade (2024): Em conformidade com a Resolução nº 4.595/2017 do Banco Central do Brasil, o Banpará apresentou seu Relatório Anual de Conformidade referente ao exercício de 2024. O documento consolida as atividades da função de *compliance*, com ênfase na avaliação de riscos regulatórios, monitoramento de indicadores, recomendações e ações voltadas ao aprimoramento dos controles internos. A iniciativa reafirma o compromisso institucional com a integridade, segurança regulatória e as melhores práticas de governança corporativa.
- Ações voltadas a integridade Divulgação da cartilha do programa de integridade a todas as unidades da instituição, conforme boas práticas previstas no Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais.

As iniciativas implementadas ao longo do período demonstram o compromisso contínuo da instituição com a integridade corporativa, prevenção à lavagem de dinheiro, controles internos e a conformidade regulatória. O aprimoramento dos processos, aliado à capacitação dos colaboradores e à adoção de metodologias mais eficazes, reforça a solidez da governança corporativa e a mitigação de riscos. Dessa forma, o Banco segue fortalecendo sua cultura de *compliance*, assegurando maior transparência e confiabilidade em suas operações e consolidando sua posição no mercado com responsabilidade e integridade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução no. 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução no. 352 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco, cuja apresentação nas informações trimestrais é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 05 de novembro de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA
Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A., no uso de suas atribuições, legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre e as Demonstrações Financeiras Intermediárias findo em 30 de setembro de 2025. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do período, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e a Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos refletem a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Belém, 04 de novembro de 2025.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário**

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. (Coaud) revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre findo em 30 de setembro de 2025, incluindo-se as notas explicativas, e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas. Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Coaud entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre findo em 31 de setembro de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre findo em 31 de setembro de 2025 do Banpará são adequadas, recomendando a aprovação pelo Conselho de Administração.

Belém, 04 de novembro de 2025.

Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre e as Demonstrações Financeiras Intermediárias findo em 30 de setembro de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 04 de novembro de 2025.

Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 3º trimestre e as Demonstrações Financeiras Intermediárias findo em 30 de setembro de 2025 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 04 de novembro de 2025.

Diretoria Colegiada